

*06.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 30 de Março de 2006*

**ACTA**

**ORDEM DE TRABALHOS**

Ponto 1. Período de Antes da Ordem do Dia / Informações

Ponto 2. Decisões proferidas ao abrigo de Delegação e Subdelegação de Competências

2.1. Licenciamento de Obras Particulares

Ponto 3. **EDUCAÇÃO** – ENSINO SECUNDÁRIO

. PROJECTOS ESCOLARES - OUTROS APOIOS

. Escola Secundária Martinho Árias / Visita de Estudo a França

Ponto 4. **CULTURA**

. 25 DE ABRIL DE 1974 - PROGRAMA DE COMEMORAÇÕES DO XXXII ANIVERSÁRIO

Ponto 5. **DESPORTO E TEMPOS LIVRES**

. APOIOS AO INVESTIMENTO

. 2006 - (1)

Ponto 6. **DESPORTO E TEMPOS LIVRES**

. EVENTOS /PROVAS DESPORTIVAS - APOIO

6.1. Grupo Motard's Diabos de Samuel

6.2. Moto Clube de Santo Isidro

Ponto 7. **SANEAMENTO E SALUBRIDADE** – CEMITÉRIOS

. CONSTRUÇÃO/REABILITAÇÃO – DAS FREGUESIAS

. Ampliação do Cemitério da Granja do Ulmeiro

. Prorrogação Graciosa de Prazo

*06.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 30 de Março de 2006*

Ponto 8. **ABASTECIMENTO PÚBLICO - ÁGUA**

- . Aquisição de Motorizadas
- . Consulta Prévia

Ponto 9. **DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO**

- . Parque Eólico de Degraças e Rabaçal

Ponto 10. **DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO**

- . ASSOCIAÇÃO DE BENEFICIÁRIOS DA OBRA DE FOMENTO HIDROAGRÍCOLA DO BAIXO MONDEGO - APOIO

Ponto 11. **A17/IC1 - AUTO-ESTRADA MARINHA GRANDE/MIRA LANÇO LOURIÇAL/QUIAIOS**

- . Acompanhamento Público do Projecto

Ponto 12. **QUEIMA DAS FITAS //2006**

Ponto 13. **MINISTÉRIO DAS FINANÇAS - CUMPRIMENTO DO DEVER DE INFORMAÇÃO**

Ponto 14. **IGAT**

- . Inspecção ao Município de Soure

Ponto 15. **GRANDES OPÇÕES DO PLANO - PPI E AMR - E ORÇAMENTO // 2006**

- . Apreciação de Propostas de Alteração - 2.ª/2.ª -.

Ponto 16. *Outros assuntos a incluir, se for caso disso, nos termos do artigo 83.º da Lei n.º 169/99, de 18.09*

*06.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 30 de Março de 2006*

**Ponto 1. Período de Antes da Ordem do Dia / Informações**

O Senhor Presidente deu início à reunião adiantando que, como habitualmente, no período decorrido após a última, a Câmara se fez representar em várias iniciativas:

\* CULTURA

- No dia 26 de Março, numa iniciativa cultural da Associação Cultural Recreativa e Desportiva de Cotas, na Freguesia de Pombalinho, onde estiveram presentes o Senhor Vice-Presidente Santos Mota e a Senhora Vereadora Dra. Ana Maria Treno;

- Ainda neste dia, estivemos presentes numa iniciativa cultural promovida pela Associação Cultural e Recreativa e Musical 4 de Abril de Carvalhal de Azóia, na Freguesia de Samuel;

- No dia 25 de Março, realizou-se uma visita de trabalho/convívio que contou com alguns Autarcas em Regime de Permanência e Autarcas das doze Freguesias.

\* DESPORTO

- No dia 18 de Março, estivemos presentes, a convite do Instituto Pedro Hispano, na última jornada do Campeonato Distrital de Infantis Femininos;

- No dia 26 de Março, estivemos presentes, nas provas do Campeonato Nacional de Motocross, que voltaram a ter lugar, em Santo Isidro; estas contaram com uma significativa adesão e voltaram a constituir mais um bom instrumento de divulgação do Concelho.

\* PROTECÇÃO CIVIL

Tomaram posse, como Comandante Operacional Distrital de Coimbra e Adjunto de Comando, no dia 15 de Março, duas pessoas do Concelho de Soure... o novo Comandante Operacional Distrital de Coimbra passou a ser o Tenente-Coronel António Fernando Ferreira Martins, do Espírito Santo, Freguesia de Soure e o novo Adjunto de Comando, o Senhor António Bernardes, que era o anterior Comandante. Evidentemente que nos cabe manifestar o nosso orgulho nas nomeações e desejar aos nomeados as maiores felicidades.

*06.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 30 de Março de 2006*

\* SANEAMENTO E SALUBRIDADE

- No dia 26 de Março, procedemos à inauguração simbólica da nova Etar de Paleão, um investimento modelar, cujas características conhecem bem.

- No dia 29 de Abril, o Senhor Vice-Presidente, Santos Mota esteve presente, na Assembleia Geral da ERSUC onde, entre outras coisas, se percebeu como tem evoluído o volume de prestação de serviço relativo ao Concelho de Soure; determinei que fossem feitas cópias ilustrativas daquilo que é a tonelagem de tratamentos de resíduos sólidos oriundos do Concelho e posso-vos dizer que são cerca de 6.000 toneladas/ano, ainda que ocorram períodos sazonais... também para ver o ratio ecopontos/número de habitantes.

A preocupação dominante teve a ver com a necessidade urgente de se alargar a capacidade de tratamento com base na determinação que trouxe à reunião de Câmara, originária do actual Ministro do Ambiente que retomou aquilo que era o entendimento do anterior, mas dando um prazo... porque se constatou que, tendo a ERSUC 36 Municípios accionistas, alguns deles apresentavam uma dívida elevada, foi feito um alerta, para que os mesmos procurem resolver a questão senão a ERSUC actuará de acordo com o que a lei lhe permite...

A Câmara Municipal de Soure é uma das poucas que não apresenta à data qualquer dívida vencida.

A Senhora Vereadora Dra. Ana Maria Treno referiu que: “estivemos presentes, na Biblioteca Municipal, para assistir à acção que vai decorrer até final do ano lectivo, uma acção no âmbito do Programa Integrado de Promoção da Leitura, que tem por título “Águas Passadas que Movem Moinhos” e que também se insere naquilo que tem sido a sensibilização para o valor inquestionável da água. Este tema que já esteve presente aquando do desfile de Carnaval, está a ser tratado pelas Escolas do 1.º Ciclo e pelos Jardins de Infância como forma de sensibilizar as crianças e a partir delas, fazer chegar a mensagem à comunidade. Podemos constatar que se trata de uma acção muito bem trabalhada, que teve como suporte uma forte pesquisa sobre a questão dos rios no Concelho de Soure e a ligação à actividade dos moinhos. Mais uma vez, se convidam todos os Senhores Vereadores, a Comunicação Social, seria interessante assistirem porque não se trata de uma qualquer “Hora do Conto”, de alguma forma, banal que podemos assistir nas Bibliotecas Municipais. Trata-se de uma acção bastante completa e que vai ter,

*06.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 30 de Março de 2006*

certamente, efeitos muito positivos nas crianças do nosso Concelho que irão passar por lá, quer a nível do Pré-Escolar, quer a nível do 1.º Ciclo.

Como ponto final desta acção, irá ser aberto um concurso que versará também o tema “A Água” para que este seja tratado de forma integrada pelos mais pequenos.”

A Senhora Vereadora Dra. Manuela Santos referiu que: “gostava de começar a minha intervenção pela informação que acaba de ser dada pela Senhora Vereadora e como não é a primeira iniciativa a que vou assistir à Biblioteca Municipal, dinamizada pela excelente equipa de trabalho que lá se encontra, penso que todos nós, o Senhor Presidente de Câmara inclusive, faria muito bem em assistir a uma daquelas iniciativas, que muito nos ensinam.

Senhora Vereadora, não se trata de um elogio recente, já como Membro da Assembleia Municipal comentava as iniciativas na área da Cultura; continuo a considerar que elas têm muita qualidade, virada a um tipo de público que muito merece este trabalho, portanto, ficam aqui os meus parabéns à Senhora Vereadora, à equipa da Biblioteca Municipal e à Câmara Municipal no geral.

Depois, congratular-me pela inauguração de uma ETAR, que tive o prazer de estar presente, como muitos de nós, a ETAR de Paleão; não por considerar que inaugurar a ETAR é algo de inovador e que estamos à frente dos outros, ou porque estamos a fazer uma coisa antes do tempo, mas por considerar que é uma excelente obra, todos os munícipes merecem este tipo de investimentos, portanto, a população de Paleão está de parabéns por esta ETAR que até é bonita e agradável de ver.

Outro assunto que gostava de focar tem ver com algumas notícias que temos ouvido, ou seja com alguma falta de segurança na Vila de Soure, alguns actos de vandalismo que temos vindo a assistir e o mais grave, para mim, é que poderá envolver jovens muito adolescentes. Penso que é urgente actuar, não sei se a GNR tem feito alguma coisa nesse sentido..., até porque algumas pessoas têm medo de, a partir de determinada hora, andarem por alguns sítios da Vila de Soure. A Câmara Municipal tem que, efectivamente, junto com a GNR, resolver esta situação porque, embora sejam adolescentes, têm encarregados de educação, pais e mães, com quem se deve conversar, é uma atitude formativa e os bens públicos devem ser preservados, mas é a atitude dos adolescentes que me preocupa.

Às questões levantadas pelos munícipes, gostava de me congratular, em nome da CDU, pelo facto de eles virem aqui expor os assuntos que os preocupam.

Havia só uma questão que gostava de referir, a obrigatoriedade que a Câmara Municipal tem de cumprir prazos legais de resposta aos munícipes, portanto, que,

*06.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 30 de Março de 2006*

efectivamente, se cumpra a lei e se dê uma resposta a uma solicitação do munícipe, dentro dos prazos legais. A autarquia tem obrigação de cumprir com este preceito legal.”

O Senhor Presidente referiu que: “recomendou-me que estivesse presente em algumas iniciativas culturais, desenvolvidas/promovidas pelo grupo de trabalho ligado à Biblioteca Municipal... costumo ir, mas não com a frequência com que gostaria.

Questão da ETAR de Paleão... apenas voltar a reafirmar que não se trata de um qualquer investimento avulso/desintegrado, mas de um investimento que surge na sequência de termos, nos últimos quatro anos, promovido a entrada em funcionamento de seis ETAR's e de, ainda no corrente ano, irem entrar em funcionamento, pelo menos, mais quatro ETAR's com alargamentos de rede.

Depois, a questão dos actos de vandalismo... adolescentes... insegurança... GNR... pensamos que a destruição de alguns equipamentos, poderá ser reduzida com uma maior frequência na vigilância da GNR, porventura, com mais meios humanos e temos vindo a dialogar nesse sentido com quem de direito e, por outro lado, a “ligação” que deverá ocorrer, da parte baixa da Vila requalificada, com o terminus do investimento na parte do PT e que virá dar outra iluminação a toda aquela zona, o que também contribuirá, estamos certos, como elemento dissuasor de alguma propensão por parte dos adolescentes. No que respeita a esta matéria devo dizer que a fortíssima política de investimento activo na Educação, na Cultura e no Desporto como forma de ocupar saudavelmente bem mais de um milhar de jovens no Concelho, apesar de tudo, tem dado os seus frutos, tem ocupado toda esta gente diminuindo, significativamente, a possibilidade de, até por falta de outro tipo de opções, contribuirmos por omissão, para uma qualquer criminalidade. Isso, de facto, não está a acontecer, mas há outros aspectos complementares em que teremos que insistir.

Questão dos prazos legais... nesta questão, evidentemente, respondo pela Câmara Municipal, ainda que reafirme que, normalmente, tenho a preocupação de dizer às chefias dos serviços que, tanto quanto possível, cumpram os prazos legais... eu sou o Presidente de Câmara, assumo a culpa por isso mas, evidentemente, irei intensificar a preocupação, em termos de instruções superiores aos serviços, no sentido de que, sempre que possível e impossível, procurem... nem que seja para dizer que não é possível darem ainda a resposta solicitada ou prestar o esclarecimento que está a ser avaliado. Compreendo perfeitamente esse tipo de insatisfação mas não existe qualquer premeditação em termos de não cumprimento

*06.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 30 de Março de 2006*

de prazos ou o que quer que seja, de maneira que vamos, iremos melhorar também no que toca ao comportamento a esse nível.”

O Senhor Vereador Prof. Fernando Martinho referiu que: “em primeiro lugar, queria pedir ao Senhor Presidente uma clarificação porque não entendi... falou numa reunião de trabalho com os autarcas em regime de permanência... e eu não percebi muito bem, uma reunião ou uma visita de trabalho?”

O Senhor Presidente respondeu, dizendo: “o Senhor Vice-Presidente Santos Mota, que entre outras funções que não pelouros, mantém uma relação mais próxima no que toca à utilização de máquinas municipais, preparação do “Soure - Artesanato, Gastronomia e Cultura” e definição de um conjunto de parcerias em pequenas intervenções conjuntas, por hábito, uma vez por ano, costuma combinar uma visita em que, normalmente, são convidados, por ele, um ou dois técnicos da Câmara, directamente ligados a esse tipo de pequenas intervenções nas freguesias - o Senhor Rodrigues e o Senhor Evaristo -, os que estão ligados às intervenções por administração directa, membros dos Executivos das Juntas de Freguesia e os Presidentes das Assembleias de Freguesia; desta vez, como tinha prometido, também fui... foi uma visita de turismo e trabalho, porque não deixaram de falar de questões de trabalho, à Herdade do Esporão.”

O Senhor Vereador Prof. Fernando Martinho continuou, dizendo: “este tipo de informações, se soubéssemos *à anteriori*, era melhor... algumas informações podiam-nos ser dadas *à anteriori* e não *à posteriori*, para que também soubéssemos da actividade da Câmara Municipal.

Relativamente a esta última questão que a Senhora Vereadora falou, da animação cultural da Biblioteca Municipal...”

O Senhor Vice-Presidente Santos Mota referiu que: “tenho um trabalho permanente com os Senhores Presidentes de Junta. Esta visita visou a aproximação entre os executivos de Junta de Freguesia, associando a vertente de convívio com a vertente didáctica. Não houve qualquer tipo de discriminação, foram os funcionários mais directamente ligados às Juntas de Freguesia. Era isto que queria complementar para que não houvesse qualquer tipo de deturpação em relação a estes objectivos”.

*06.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 30 de Março de 2006*

O Senhor Vereador Prof. Fernando Martinho continuou, dizendo: “não teço qualquer tipo de juízo de valor sobre isso, só não tinha percebido o que era e por isso pedi um esclarecimento.

Relativamente a esta actividade na Biblioteca Municipal, acho que o valor das iniciativas tem que ser relevado e esta é uma daquelas iniciativas que nós relevamos. É verdade que alguns de nós não podem participar porque isto ocorre na parte da manhã e é uma altura em que estamos a trabalhar. A minha sugestão é que, tendo em vista até uma maior coesão entre as famílias, porque sabemos que, cada vez mais, os pais têm que acompanhar os filhos e têm dificuldade de, nos seus espaços de lazer, os ocupar de forma mais criativa, que um ou outro acontecimento destes pudesse ocorrer à noite ou ao fim de semana de modo a que os filhos pudessem levar os pais a este tipo de iniciativas pois assim não só participavam das iniciativas como também visitavam e tomavam o hábito de visitar a Biblioteca Municipal e a parte baixa da Vila. Não sei se é possível em termos técnicos mas a sugestão fica porque acho que era importante que os pais, cada vez mais, acompanhassem os filhos.

Relativamente a duas ou três questões que queria colocar ao Senhor Presidente: costume passar na estrada que vai dos Casalinhos para o Sobral e reparei que estão a ser colocados redutores de velocidade, no entanto, o mau piso que a estrada ostenta levantou-me a dúvida se a metodologia de colocar primeiro os redutores de velocidade que regularizar o piso estava correcta. É uma questão que acho pertinente porque andam-se a colocar os redutores e o piso está em muito mau estado, tanto mais que com estas últimas chuvas, quem desce, ao fundo na última curva, há um escorrimento de areias que torna aquela zona perigosa, com uma grande irregularidade do piso e muita terra no meio da estrada. Portanto fica a questão de quando é que essa estrada vai ser melhorada e esta reparação, que é urgente, de retirar da estrada aqueles escorrimentos de saibro...

Também nessa zona, estão umas obras, que não sei exactamente o que são porque não têm uma placa identificativa, junto à Capela do Bomsucesso, apenas uma placa “obra a cargo de alguém...”, já foram feitas movimentações de terras junto às escadas da Capela. Não sei que obra é porque não tem qualquer placa identificativa e gostava de saber até porque aquela é uma zona de algum melindre em termos paisagísticos porque se tem uma visão privilegiada da Vila de Soure.

A outra questão que queria colocar, já a levantei noutras alturas e noutros fóruns e vou repeti-la, é uma situação que ocorre já há alguns anos a esta parte, nas pedreiras, na estrada que liga a Baixa da Valada a Coles de Samuel. As pedreiras são privadas, é verdade, mas eu frequento aquela zona bastantes vezes e é um



*06.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 30 de Março de 2006*

espectáculo perfeitamente inaceitável nos tempos que correm porque aquilo serve de lixeira clandestina. É uma questão importante que acho que devemos resolver porquanto isso não só é prejudicial à saúde pública como também tem efeito multiplicador de se podem começar a despejar mais lixos.

A outra questão, prende-se com o facto de alguns munícipes me terem manifestado alguma preocupação relativamente ao ordenamento da feira à segunda-feira. À entrada da feira não há um ordenamento dos feirantes e no largo da feira, sabemos que aquilo é muito amplo mas, por vezes, quanto maiores são os espaços mais difíceis são de ordenar, há algum desordenamento porquanto aquele espaço serve de feira e, simultaneamente, estacionamento o que faz com que os feirantes se acumulem à entrada e dificultem a circulação de veículos e pessoas. Sei que a partir de Abril, quando abrir o parque de estacionamento do Largo da Palmeira, poderá ser reequacionada a utilização daquele espaço mas enquanto não o for penso que era importante que os serviços da Câmara Municipal ordenassem a organização da feira para que ela não “morra” definitivamente.

Para terminar, é uma pergunta que poderá parecer não propositada mas vamos entrar no período Pascal e a minha questão era se iria manter a periodicidade das reuniões sendo que a próxima quinta-feira é antes da sexta-feira Santa e penso que costuma ser tolerância de ponto da parte da tarde...”

O Senhor Presidente referiu que: “começando pela periodicidade, ainda não me debrucei sobre o assunto... questão da estrada dos Casalinhos... é uma obra que está a ser feita por administração directa na aplicação de redutores em zonas que manifestamente têm tráfego intenso e têm densidade residencial e temos hierarquizado em função do levantamento concelhio que temos; depois de termos visto aquelas quatro, na zona do Casal do Barril, estamos agora no Vale da Borra e iremos depois ao Cercal e continuaremos de acordo com o levantamento que está feito.

Levanta a questão de que havendo ali mau piso se não seria de fazer... o mau piso não é total, ela já foi reabilitada até praticamente à entrada dos Casalinhos e também já havia sido reabilitada na curva cá em baixo, foi naturalmente partida com as obras de saneamento; estamos a falar de cerca de 800 metros que poderão ter, porventura neste Verão, alguma intervenção por administração directa porque não é uma extensão muito grande, embora não tenha tido ainda a reunião com os técnicos que normalmente me sugerem, no âmbito da Conservação/Reparação de Vias, quais aquelas em que recomendam o recurso à empreitada. Pelas suas características, os nossos serviços têm meios humanos e técnicos para o fazer... agora, a questão é esta: são dois redutores em zonas estratégicas, para não criarem

*06.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 30 de Março de 2006*

problemas de sonoridade a quem vive mas obrigar, qualquer que seja o sentido, a que haja uma efectiva redução de velocidade; este tipo de redutor, no fundo, é a aplicação de uma camada de pavimentação, portanto, se houver uma beneficiação, uma repavimentação desse troço, na parte dos redutores, a única coisa que tem problemas é a pintura das zebras brancas porque, de resto, não há qualquer acréscimo de investimento, mantêm-se os luminosos e a sinalização.

A questão dos escorrimentos... não é de uma estrada é de um acesso, não sei se um aceiro se uma entrada particular; os serviços estão alertados para verem o que se está a passar porque isso causa perigosidade, designadamente para quem vai a descer.

Penso que a obra que está a referir é o licenciamento de uma obra em terreno particular imediatamente antes das escadas para quem vai no sentido Casalinhos/Sobral. Quem vai no sentido Casalinhos/Sobral, tem as escadas de acesso, é antes das escadas? Então é uma obra particular, passei lá e fiz a mesma pergunta aos serviços que me responderam que era particular.

Quanto à questão das pedreiras... estou com uma dúvida, sinceramente ainda não percebi se estamos a falar na estrada que vai para a Valada, a seguir ao cemitério da Gesteira ou se estamos a falar na estrada que vai de Valada para o Urmar e, por trás, vai para a Coles de Samuel... peço que isto seja avaliado porque não tenho a noção exacta, enfim, se lá estão pedreiras privadas com lixeiras clandestinas... confesso que não tenho conhecimento, portanto, peço que seja feito registo e que nos seja dada uma informação sobre isso.”

A Senhora Vereadora Dra. Ana Maria Treno referiu que: “essa questão dos pais participarem foi já equacionada algumas vezes com a equipa de animação da Biblioteca Municipal, o ser importante os pais assistirem e até tomarem parte, mas colocou-se o problema de qual o critério a utilizar, isto é, temos envolvidos à volta de 1300 alunos, que pais convidar para a Biblioteca Municipal? Foi, entretanto, ponderada a possibilidade de irmos a fazer algumas sessões no âmbito da Escola de Pais. A implementação da Escola de Pais - Laços e Afectos - será uma realidade. Nesse âmbito, serão sensibilizados também os pais, até porque consideramos que o livro é também um bom elo de ligação, é um bom laço que pode estreitar as relações entre pais e filhos.”

O Senhor Vice-Presidente Santos Mota referiu que: “como todos sabemos, o espaço onde se realiza a feira, não é o ideal, por isso, os comerciantes e vendedores, pagam uma taxa simbólica; todas as semanas tentamos organizar/disciplinar os

*06.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 30 de Março de 2006*

vendedores. Contudo o que acontece, derivado ao grande espaço existente, é que, por vezes, as pessoas, abusivamente, modificam/alteram o seu local..., é muito difícil disciplinar!!! Só tendo um fiscal para cada vendedor mas, de qualquer maneira, estamos com atenção ao que se passa e é feito um balanço no final de cada feira. Como muito bem adiantou, a curto/médio prazo, esse problema vai terminar mas, como deve calcular, não é fácil disciplinar dentro daquele espaço e no âmbito daquelas condições.”

O Senhor Vereador Dr. Carlos Páscoa referiu que: “permita-me que teça algumas considerações que gostaria de colocar em dois patamares e sobre cada uma delas, no meu ponto de vista, Vossa Excelência devia responder, se lhe aprouver, da maneira mais sucinta.

A primeira, tem que ver com a informação que acaba de dar e que foi questionada pelo Senhor Vereador Fernando Martinho que entendeu que, no que diz respeito à sua informação dessa excursão técnico-política à Herdade do Esporão, não deveria tecer juízos de valor, e eu também não quero tecer juízos de valor sobre essa iniciativa. Os funcionários que foram nessa visita são, certamente, funcionários que nos merecem absoluta credibilidade e certamente a toda a Câmara, os Senhores Dirigentes de Juntas de Freguesia, a classe política que acompanhou essa missão, certamente merecem também todo o nosso respeito, agora, não entendo é que sob a capa de uma designação que me apraz questionar que é a política de coesão, se estabeleçam, digamos, excursões dessa natureza que, no meu ponto de vista, não ajuízam bem daquilo que são as potencialidades e daquilo que é o poder autárquico. Permita-me, porventura, colocar-lhe a seguinte questão: estão previstas visitas desta natureza com outros sectores da Câmara Municipal que igualmente trabalham bem; com outros funcionários da Câmara que igualmente trabalham bem; com outros Dirigentes Autárquicos e Presidentes de Junta de Freguesia que igualmente trabalham bem?

A segunda menção tem que ver exactamente com esta que acabo de referir: a importância da dignificação do Poder Local. Vossa Excelência está empenhadíssimo nisso, como estamos todos nós e, por isso, é bom de ver que as intervenções que foram feitas hoje aqui por munícipes ajuízam bem as potencialidades do Poder Local. É importante sentirmos que é a este nível do poder que as pessoas podem colocar directamente as suas questões, infelizmente para todos nós, o acesso à Administração Central cada vez é mais difícil e é importante sentirmos que ao nível do Poder Local, da Administração Local, os cidadãos, de uma maneira coerente, mas consentânea com aquilo que é o espírito

*06.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 30 de Março de 2006*

democrático, podem colocar questões e o poder político ouve-os, como foi o caso de Vossa Excelência.

Senhor Presidente, ainda nesta primeira intervenção queria dizer que a nossa Bancada recebeu dois convites na última quinzena, um para estarmos presentes na inauguração da Etar de Paleão, onde esteve o Senhor Vereador Fernando Martinho, e eu próprio estive presente na iniciativa, onde o Senhor também esteve, do Moto Clube de Santo Isidro. Quero dizer, e fica bem dizer, que foi uma boa organização. Foi uma iniciativa de grande mérito, uma iniciativa que acolheu centenas, se não milhares, de pessoas e eu acho que devemos valorizar o esforço daquela colectividade, o esforço daquela organização e a adesão maciça que a iniciativa teve. Os dois últimos aspectos nesta primeira parte têm que ver com mais alguns casos concretos que lhe queria colocar, nomeadamente na Freguesia da Vinha da Rainha. Eu entendo, e certamente os serviços também entenderão, só não percebo é porque é que ainda não fizeram, mas certamente estarão atentos a isso, na rua onde está situado o cemitério, a rua do Formigueiro, há uma bifurcação à estrada que conduz a Saca-Bolos e Salgueirinhas que acho que era merecedora de um sinal de STOP. Vêm-se algumas situações que podem provocar acidentes e nenhum de nós, certamente, desejava isso. Acho que era de bom-tom colocarem um sinal de STOP mas não sou técnico nesta matéria, alguém poderá ajuizar isso melhor do que eu.

Por último, eu diria que terminámos a nossa visita estruturada à Freguesia de Pombalinho; da grande parte das questões que já colocámos sobre esta visita, algumas foram respondidas e eu próprio tive ocasião de explicar às pessoas, que na segunda parte da visita me confrontavam, qual era o entendimento da Câmara Municipal. Permitia-me resumir aquilo que foi a nossa visita a Pombalinho, dizendo o seguinte: encontrámos uma freguesia tipicamente rural, com um clima social muito próprio; são pessoas que se sentem, não direi abandonadas em relação àquilo que são os grandes espaços urbanos à volta mas, de qualquer maneira, deve fazer parte de uma sincracia de todas as gentes que vivem nas serras; é uma freguesia de gente de trabalho, de gente de valor, de gente que merece, certamente, todo o nosso carinho e o nosso apoio. Ao nível dos acessos, reparei na melhoria eficaz que foi realizada com a ligação de Cabeça da Corte a Anços, à zona da Redinha, e aquilo que me permitia era, porventura, dar-lhe nota que se houvesse oportunidade de colocar alguns rails de protecção ou alguma possibilidade de escapatória na descida, já que me parece que isso pode obviar que algum problema aconteça, é que se trata de uma ligação que as pessoas entendem como sendo importante no acesso ao Concelho de Pombal.

*06.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 30 de Março de 2006*

Ao nível do cemitério, as intervenções foram já anunciadas por Vossa Excelência, portanto, irão ser iniciadas intervenções no cemitério no segundo trimestre deste ano, naturalmente tive ocasião de explicar isso às pessoas; ao nível do emprego, notei algum êxodo dos jovens que, naturalmente, estão a sair da zona serrana e a procurar emprego noutras zonas..., acho que temos que caminhar no sentido de tentar fixar aquelas pessoas mais novas e essa possibilidade de fixação, no meu modesto ponto de vista, passa claramente pela criação de emprego; nas conversas que tive com as pessoas foi dada a ideia de que poderia haver algum incentivo, e os serviços camarários poderão ajuizar da situação e caminhar-se nesse sentido, e ajudar aquelas pessoas no âmbito do cultivo e transformação da azeitona, a possibilidade de exploração de uma maneira mais acentuada do olival e de comercialização do azeite e também, porque não dizer, a criação de uma pequena área de negócios no âmbito, por exemplo, da queijaria. Acho que deveria ser muito valorizada por nós, é um produto que as pessoas entendem que é de qualidade, a própria Câmara Municipal, salvo melhor opinião, devia empenhar-se claramente na divulgação do queijo da zona serrana.

Ao nível do associativismo, referimos já, especificamente, este sector na nossa última reunião mas não poderia deixar de frisar uma vez mais a importância com que vi o trabalho associativo pelas associações da zona da Freguesia de Pombalinho; na revitalização de espaços no Vale Centeio, expliquei às pessoas a intenção da Câmara Municipal de avançar para a construção de uma sacristia na Capela de Vale Centeio, a partir daí justifica-se a colocação dos bancos e do empedrado.

Nas Malhadas, falei na última reunião e relembro o problema dos postes nas valetas, da inexistência de um parque infantil e da necessidade premente da pavimentação da rua principal.

Por último, Senhor Presidente, no que diz respeito ao Sabugueiro, aquilo que as pessoas me colocaram com mais veemência, e eu desconhecia uma situação desta natureza mas certamente os serviços irão averiguar, é a indicação que me dão de que foi pedido um contador de água para a igreja já há muitos meses e que até agora ainda não houve resposta dos serviços.

Devo dizer que foi uma visita extremamente enriquecedora para nós e, nesse sentido, prosseguiremos com estas visitas às freguesias. A nossa próxima visita será à Freguesia de Alfarelos.”

O Senhor Presidente referiu que: “relativamente ao primeiro assunto que abordou, em que falou de uma excursão técnico-política e que não teria ficado absolutamente

*06.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 30 de Março de 2006*

convencido com o objectivo subjacente da política de coesão... antes de mais, não se tratou de uma excursão técnico-política, aliás, as perguntas complementares que fez, se estavam previstas visitas de outra natureza, com outros sectores que trabalham bem, com outros autarcas... gostaria de dizer ao Senhor Vereador que tradicionalmente, por exemplo, os funcionários da Câmara Municipal do sector de Água e Esgotos, com a Câmara a ceder uma das viaturas municipais, fazem uma ou duas visitas/ano de convívio em momentos, naturalmente, não de trabalho; tradicionalmente, há Juntas de Freguesia que, tal e qual como as Instituições Culturais, Desportivas e de Solidariedade Social, solicitam uma viatura municipal para promover uma visita que consideraram de interesse para a Freguesia, muitas vezes de natureza cultural, turística... e há mais iniciativas deste género que não estão, digamos, regradas porque têm resultado de uma vontade e dinâmica “de baixo para cima” que nós temos acolhido e não de qualquer tipo de definição de regras da nossa parte em que dizemos “*agora é a vossa vez...*” e este é um bom caso “de baixo para cima”...

São os Presidentes de Junta e os Dirigentes de Freguesia que, de forma regular e sistemática, nas reuniões periódicas, perguntam ao Senhor Vice-Presidente quando é a próxima visita... e esta é também um estímulo, um incentivo aos Autarcas que estão mais perto das populações, que pouco ou nada são compensados e que devem também ter a possibilidade de ser estimulados. Ao potenciar o convívio entre Autarcas de Freguesia de um Concelho extremamente disperso há um indiscutível reforço da coesão social concelhia, portanto, parece-me uma boa iniciativa, no âmbito de muitas deste género que têm tido e que certamente irão continuar a ter lugar, nesta perspectiva e não noutra. Poderá não ter sido essa a sua intenção, mas parece-me que a palavra excursão tem sempre subjacente uma ideia de que pode haver alguma situação de aproveitamento... nós assumimos claramente, no âmbito da utilização das viaturas municipais, que este tipo de iniciativa também tem vindo a ter acolhimento ainda que, neste caso, com uma regularidade de uma vez por ano, não de forma avulsa, isolada, mas no âmbito de uma ambiência basista em que surgem, aos mais variados níveis e nos mais diversos domínios, solicitações desta natureza.

Quanto à questão da dignificação do Poder Local, não podíamos estar mais de acordo... eu diria até que em termos políticos, se não forem os Autarcas de Freguesia e os Municipais, quer da Assembleia, quer da Câmara, mesmo quando não lhes agrada, propiciarem este diálogo franco e aberto com as populações, porque estas estão muito longe da Administração Central e dos serviços desconcentrados da Administração Central, normalmente, o que procuram é atingir

*06.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 30 de Março de 2006*

os objectivos definidos pela Administração Central que os nomeou... Ao contrário do Senhor Vereador e já tivemos sobre isso intervenções políticas contraditórias, continuo a defender a regionalização porque, entre outras vantagens, cria uma ambiência de proximidade que faz com que não haja este distanciamento entre municípios e titulares de órgãos de poder.

Na questão do Moto Clube de Santo Isidro, só consegui ir à parte final, mas a informação que tenho por parte dos dirigentes e pelo número de entradas pagas, é de que tiveram cerca de 1700 pessoas. Julgo que viu bem, quando concordou e afirmou que se trata de uma iniciativa desportiva conseguida com muito trabalho e que constitui um eficaz instrumento de divulgação não apenas de Santo Isidro mas também do Concelho. Convirá lembrar que é fundamental não perder de vista que há aqui também a autorização habitual à Câmara Municipal, por parte do proprietário dos terrenos, o Senhor António Xavier de Lima, para que este tipo de provas nacionais decorram na sua quinta.

Tomámos nota da sugestão que apresentou quanto à rua, na sede de Freguesia de Vinha da Rainha, onde está localizado o cemitério e a bifurcação que referiu e certamente os serviços irão proceder à avaliação e tomar a atitude que se revelar mais consentânea tendo em vista ultrapassar a questão que referiu.

Disse que terminaram uma visita de trabalho à Freguesia de Pombalinho e sobre isso importa referir o seguinte: vejo com agrado que Autarcas eleitos visitem as freguesias, conheçam cada vez melhor o Concelho, a todos os níveis, e que possam adiantar, de forma conhecedora e sustentada, aquilo que estão em condições de poder enunciar como sendo as decisões ou as pré-decisões de acordo com o Plano de Actividades e Orçamento que apontam para as iniciativas municipais mas, é bom de ver, que este tipo de visitas com as quais me congratulo e que saúdo, não deverá substituir, em circunstância alguma, o anúncio público e/ou assunção formal deste ou daquele investimento, porque isso cabe, evidentemente, a representações municipais.

Nos comentários que fez, referiu que as pessoas tinham a sensação de que estavam muito distantes da Câmara Municipal e que, por vezes, se sentiriam abandonadas... devo dizer que as pessoas da Freguesia de Pombalinho, não é preciso recuar muito no tempo, praticamente apenas as do núcleo de Ramalheira, Quatro Lagoas, Vale Centeio, Pombalinho, Malhadas é que vinham à sede do Concelho à segunda-feira... não obstante Pombalinho ser a única freguesia onde o número de famílias residentes, nos Censos 2001, não cresceu, mas melhorou substancialmente na comparação com a evolução 1981/1991... também não é menos verdade que só no penúltimo e último mandatos foram investidos nesta Freguesia  $\approx$  3.000.000,00 euros, nos mais

*06.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 30 de Março de 2006*

diversos domínios, isto é, se há freguesia que teve, nos últimos anos, porque precisava disso e porque era preciso que, de facto, ficasse ligada ao Concelho, um investimento em termos de Abastecimento Público de Água, de Rede Viária, foi exactamente a Freguesia de Pombalinho. Penso que esta foi a melhor forma de as aproximar de nós e de fazer com que sintam menos essa sensação de abandono que, porventura, ainda possa subsistir em alguns estratos dessa freguesia.

Referiu que visualizou a 2.ª Fase do investimento municipal na ligação Cabeça da Corte/Anços e que sugeriam rails de protecção... a obra ainda não está acabada. O investimento de cerca de 125.000,00 euros que foi adjudicado prevê, além da sinalização horizontal, a aplicação desses rails de protecção dado que há troços dessa ligação que têm uma inclinação onde não seria admissível a não aplicação dos mesmos... aliás, penso que a breve prazo iremos, naturalmente, marcar a inauguração formal desse investimento até porque se trata de um investimento com características especiais: trata-se de um investimento em que já havíamos feito na 1.ª Fase, utilizando um cofinanciamento do Programa LEADER, a ligação até ao limite do Concelho e em que depois há um acesso ao Concelho de Pombal, mais rápido para as pessoas de Sabugueiro, Malavenda e Cabeça da Corte, embora passando por Pombal, para num quarto de hora estarem no Concelho de Soure. Ganhou-se, pelo menos, um quarto de hora e alguns quilómetros, qualquer que fosse o trajecto alternativo... é um investimento no Concelho de Pombal que foi desenvolvido pela Câmara Municipal de Soure na sequência de um protocolo que os dois municípios acordaram e em que, subsistindo ainda dois ou três lugares da Freguesia de Soure fornecidos pela água de Pombal, há como que um acerto de contas entre esse fornecimento e a realização deste investimento no Concelho de Pombal, conforme decorre do protocolo que então aprovaram a Câmara Municipal de Soure e a de Pombal; muito dificilmente Pombal faria um investimento num trajecto que sendo de Pombal, praticamente de forma exclusiva, interessava a munícipes do Concelho de Soure, com a agravante que Pombal ainda não tinha feito o investimento na Freguesia da Redinha, que continuava paralelamente com a volta antiga.

Eu penso que é por aqui, com este tipo de investimentos dirigidos a uma freguesia que estava completamente isolada, criando esta rede de infra-estruturas de acesso, que se criam condições para a fixação das pessoas... aliás, ainda que sob a perspectiva de Turismo Rural, se há freguesia que tem apresentado já um número com algum significado em termos de aumento de número de obras particulares licenciadas é exactamente a de Pombalinho.



*06.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 30 de Março de 2006*

Falou na criação da área de negócios da Queijaria... deixe que lhe diga que se há matéria onde a Adsicó, primeiro, e agora Terras de Sicó têm tido intervenções significativas é exactamente no domínio da promoção de produtos endógenos, também da queijaria e, só na Freguesia de Pombalinho, temos duas unidades de “média” dimensão com trabalhadores; naturalmente, com o voto favorável da Câmara Municipal de Soure, enquanto membro de Terras de Sicó, viram os seus investimentos cofinanciados por Terras de Sicó e têm tido, não apenas uma vez por ano no âmbito da Feira, quando é avaliada a qualidade, todo o apoio até em termos de legalização das suas actividades... esta é uma matéria onde a Câmara Municipal, enquanto membro de Terras de Sicó, tem participado bastante, apoiado o investimento local e divulgado a qualidade deste tipo de produtos, designadamente do Queijo do Rabaçal, do Queijo de Pombalinho e mesmo do de Degraças.

Penso que a última questão que referiu prende-se com a de Sabugueiro... certamente terá reparado numa pequena “revolução” em termos de abastecimento público de água, de atapetamentos, de criação de um Centro Paroquial, em termos de uma Casa Mortuária, da reabilitação de toda a zona adjacente da Igreja, com o Programa LEADER, e estamos a falar de dezenas de milhares de euros só nesta parte de requalificação. Disse também que, não obstante tudo isso, porventura se terão esquecido do contador de água... o que acontece é o seguinte: muitas vezes, as colectividades e as comissões de igreja têm que requerer a ligação de água e é-lhes aplicado o que está previsto no regulamento; o que está previsto é que paguem a água a um preço baixo; a questão que se coloca é que é fundamental que eles tenham um contador e paguem a água embora, por vezes, não é a Câmara Municipal que se esquece, são as comissões que se fazem de esqueceras, e porquê? Nós queremos lá ter o contador para perceber, por via do controle de consumo de um bem escasso como é a água, se a água que está a ser consumida revela um consumo compatível com a actividade da instituição ou se está a ser usada para outros fins; quando aprovámos o regulamento ficou claro que a preocupação de colocar as colectividades e as comissões de capela a pagarem de acordo com o escalão mais baixo não visava não as isentar, mas garantir que os consumos de água fossem efectivamente afectos ao fim a que estavam previstos.”

O Senhor Vereador Dr. Carlos Páscoa referiu que: “há algum tempo atrás, tivemos ocasião, nesta sede, de informar Vossa Excelência que da parte da Bancada do PSD havia uma disponibilidade objectiva para, tendo em linha de conta os interesses do Concelho, estabelecermos alguns acordos que nunca denominámos de “acordos de

*06.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 30 de Março de 2006*

regime” mas “acordos de natureza programática” com princípios que pudessem ser importantes para o desenvolvimento do nosso Concelho. É bom de ver que colocámos a questão e identificámos as áreas em que podíamos consensualizar soluções para o Concelho de Soure: o Desenvolvimento Económico, o PDM e as matérias de Educação e de Saúde. O entendimento de que através de acordos pontuais em relação a estas quatro áreas fundamentais da política autárquica, pudéssemos chegar a consensos, alvo de uma reflexão profunda das duas forças políticas que mais votos obtiveram nas últimas Eleições Autárquicas. Devo salientar que nada obsta, que nada nos move contra a representante da CDU, aquilo que entendemos é que a definição mais vasta possível destes quatro enquadramentos fundamentais para a política autárquica deviam ser assinalados, discutidos entre as duas maiores forças políticas.

Notámos que Vossa Excelência acolheu essa proposta e ficou de pensar, já que foi apanhado, não direi de surpresa, em pleno Período de Antes da Ordem do Dia; não queríamos que nos desse, de imediato, uma posição formal sobre esse assunto, agora, o que nos espanta é que em declarações posteriores à Rádio Popular de Soure, aquando do seu comentário da reunião de Câmara, Vossa Excelência tenha tido o atrevimento de dizer que da parte da nossa Bancada teria havido um recuo em relação àquilo que era a nossa maneira de estar na política autárquica no Concelho de Soure.

Senhor Presidente, acho que não foi um recuo que nós fizemos, o que fizemos foi um avanço naquilo que são as complexidades do sistema autárquico da definição de políticas e foi um avanço em linha de uma convergência em relação a quatro matérias que são, para nós, fundamentais e que, se me permitisse, repetia: Desenvolvimento Económico, alteração do PDM, políticas de Educação e políticas de Saúde. Eu entendo que a sua expressão de que a nossa disponibilidade transmite um recuo é, porque não dizê-lo, a negação do interesse que tem em connosco trabalhar nestas quatro áreas. Deixe-me dizer-lhe que está no seu pleno direito tal como nós estamos no pleno direito de tirarmos daí as nossas ilações. É bom que se saiba, é bom que os Sourenses saibam que nas alturas importantes nós sabemos \trabalhar no sentido da convergência em relação aos problemas do Concelho e é bom que os Sourenses saibam que, da vossa parte e da parte de Vossa Excelência, não houve esse entendimento.”

O Senhor Presidente respondeu, dizendo: “relativamente à abordagem que fez quanto a uma proposta ou o adiantar da disponibilidade da parte dos Vereadores Eleitos pelo PSD que, como disse e bem, me foi apresentada num Período de

*06.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 30 de Março de 2006*

Antes da Ordem do Dia, numa das últimas reuniões... eu não acolhi a proposta, na altura tive a oportunidade de dizer ao Senhor Vereador que registava, com agrado, uma postura de abertura que constituía um recuo evidente perante aquilo que não apenas havia sido o balanço trimestral feito por Vossa Excelência mas, acima de tudo, perante aquilo que havia sido o entendimento, ainda muito recentemente expresso, sobre a forma de fazer política das maiorias que tenho vindo a liderar. De qualquer forma, quando falamos de áreas consideradas relevantes, como a Educação, a Saúde, o Plano Director Municipal e o Desenvolvimento Económico, entendo que devemos todos ser capazes de fazer um esforço e encontrar soluções multilateralmente abrangentes. Foi esta a resposta que lhe dei então, a única diferença é que quando comentei os assuntos tratados na reunião de Câmara, referi aquilo que havia expresso mas alertei os munícipes que isto não poderia, nem deveria, em circunstância alguma, ser entendido como uma qualquer modalidade de funcionamento em plataforma que pudesse fazer com que amanhã nem os munícipes percebessem quem é que estava a governar o Concelho... e disse mais, que em democracia temos que estar preparados para ganhar e para perder, os que ganham exercem o poder e são responsáveis por isso, os que não ganharam devem exercer o poder na mesma, na oposição, legitimamente apresentando as suas sugestões que serão, naturalmente, aproveitadas ou não. Foi este apenas o espírito da minha intervenção e quanto ao recuo, acho que qualquer munícipe que procure recordar-se do entendimento recente quanto à minha forma de estar na vida e na gestão terá, tão depressa, dificuldade em entender que agora pudesse aparecer uma qualquer solução governativa que fosse algo mais do que acordos multilateralmente abrangentes. Não vejo, na minha intervenção na rádio, qualquer atrevimento, vejo, quando muito, um complemento ao que disse na reunião de Câmara porque, a questão foi colocada sem aviso prévio... depois de algum tempo, complementei a primeira reacção com um conjunto de considerações que entendi por bem fazer... agora, não há, da nossa parte, nenhuma negação do interesse em trabalhar nestas quatro áreas ou noutras; o que não ficou claro para nós foi qual o plano dessa colaboração. A Câmara a que presido, a equipa em permanência a que presido, só agradece e está absolutamente disponível para, naturalmente, trabalhar questões de natureza sectorial, e não só, com os demais eleitos para procurarmos consensualizar, em nome do desenvolvimento do Concelho, aquilo que possam vir a ser propostas... nesse aspecto, mantenho completamente a receptividade e até o que lhe disse “*registro com agrado a abertura que não vi no passado recente*”... agora, naturalmente, com os condicionalismos que acabei de aduzir. Não há nenhuma negação da nossa parte em termos de podermos convergir na busca de soluções

*06.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 30 de Março de 2006*

multilateralmente abrangentes, tenho é alguma dificuldade em perceber em que medida é que considera que, da nossa parte, possa ter havido algum atrevimento.”

O Senhor Vereador Dr. Carlos Páscoa referiu que: “disse que tem dificuldade em explicar... eu quero dizer que não tive dificuldade em perceber. Quero dizer-lhe que a sua posição está tomada, nós acatá-la-emos com a responsabilidade democrática que temos como eleitos locais nesta sede, nesta casa. Os acordos do PSD serão sempre às claras, ou seja, sempre que essas matérias ou essas políticas mereçam o nosso acordo. Devo dizer-lhe que não vamos ficar parados, nós temos a responsabilidade de fazer o melhor que nos é possível para que aquilo que é também o nosso pensamento político sobre determinadas matérias seja trazido à discussão nesta sede. É por isso, que a partir da próxima reunião de Câmara, iremos colocar à discussão matérias como as que acabei de dizer para que, obviamente, possa aprofundar ou avaliar aquilo que é o nosso pensamento e para que os colegas também possam emitir opiniões de modo a que possamos sair mais enriquecidos daquilo que é o debate político sobre essas matérias.”

O Senhor Presidente respondeu, dizendo: “as Ordens de Trabalho têm regras próprias para ser elaboradas mas, desde que as respeitem, o Senhor, como qualquer outro Vereador, tem as possibilidades legalmente previstas de as influenciar; nunca fugi a qualquer debate, agradeço todos os debates porque nada pior do que, por via da falta de debate, se tirem ilações e façam afirmações que nada têm que ver com a realidade. Venham todos os debates que... cá estaremos, naturalmente, para os agendar, não em função de calendários político-partidários, mas em função de calendários cuja única preocupação é o desenvolvimento do Concelho.

Disse, no início da sua intervenção, que eu teria tido dificuldade em explicar... não sei o que quis dizer com isso, não sei se tive alguma, porque normalmente sou acusado de não ter grandes dificuldades em explicar...

Disse que não teve a menor dificuldade em perceber... eu penso que teve dificuldades em perceber, quando disse que é adepto de acordos às claras. Eu sou adepto de acordos e, se há um acordo, é às claras... portanto, se fala de acordos às claras, porventura, conhecerá outro tipo de acordos que eu não conheço... agora, o que lhe quero dizer é que mantenho, na íntegra, o que disse, ou seja, que estou disponível para trabalhar, de forma multilateral, questões consideradas de relevante interesse. Se dizer isto significa indisponibilidade para a convergência, ficámos todos a perceber que afinal a convergência que pretendia não se limitava à avaliação multilateral de matérias consideradas relevantes para o desenvolvimento do

*06.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 30 de Março de 2006*

Concelho... de maneira que penso que teve toda a dificuldade em perceber aquilo que eu não tive a menor dificuldade em explicar.”

**Ponto 2. Decisões proferidas ao abrigo de Delegação e Subdelegação de Competências**

**2.1. Licenciamento de Obras Particulares**

*Foi tomado conhecimento dos licenciamentos de obras particulares verificados no período decorrido entre a última reunião e a de hoje. -----*

**Ponto 3. EDUCAÇÃO – ENSINO SECUNDÁRIO**

**. PROJECTOS ESCOLARES - OUTROS APOIOS**

**. Escola Secundária Martinho Árias / Visita de Estudo a França**

A Senhora Vereadora Dra. Ana Maria Treno referiu que: “como todos sabemos, temos previsto no Plano de Actividades e Orçamento o Apoio a Projectos Escolares. Neste caso concreto, a Escola Secundária Martinho Árias apresentou um pedido de apoio para uma visita de estudo a França, dinamizada pelo Departamento Curricular de Francês, uma acção que integra o Plano de Actividades daquela escola. São vários os objectivos subjacentes a esta acção e há também a divulgação de um programa que me parece extremamente interessante; participam nesta visita oito alunos, naturalmente, acompanhados por professores. O que se trata é de apoiar esta iniciativa no sentido de minimizar o esforço financeiro das famílias tendo em conta o orçamento previsto que também foi minimizado graças a diversas actividades promovidas pelos próprios alunos e pelo Departamento Curricular de Francês. Tendo em conta o apoio que já concedemos a projectos similares, proponho um apoio de 60 €/aluno, um investimento global de 480 €.”

O Senhor Vereador Prof. Fernando Martinho referiu que: “iremos votar favoravelmente esta proposta, no entanto, não podia deixar de tecer dois comentários: o primeiro é para dizer que o faremos porque entendemos que estimular a aprendizagem da Língua Francesa é fundamental quando há uma predominância de uma outra língua e começamos a perder algumas competências nesta área; não obstante esta posição, era bom que houvesse uma regulamentação, qualquer instrumento, que nos permitisse adoptar como é que isto ocorre em qualquer circunstância, independentemente de ser esta área curricular ou outra, porquê optarmos por 60 €/aluno e não por apoiar com 50 € ou 100 €. Deve estar subjacente um critério que nós não conseguimos entender porque não tivemos acesso ao regulamento que lhe está subjacente e que era pertinente que existisse.”

*06.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 30 de Março de 2006*

O Senhor Presidente referiu que: “despachei esta proposta à reunião de Câmara e subscrevo-a na íntegra porque, de facto, como disse e bem a Senhora Vereadora quando justificou a proposta, sempre que aprovamos um Plano de Actividades e um Orçamento, nós aprovamos sempre determinado valor global para apoios a Projectos Escolares ainda que desconheçamos em pormenor que tipo de pedidos nos vão aparecer pela simples razão de que as instituições ligadas à Educação, têm autonomia para definir, dentro de determinados condicionalismos, aquilo que vão ser as suas iniciativas anuais, as quais não temos conhecimento quando elaboramos o Plano e Orçamento; este universo é tão díspar e variado que nunca foi objecto de qualquer regulamentação e mesmo que o venha a ser, não obstante a experiência dos últimos anos - a não ser que tenha muitas sub-rubricas residuais -, consagrará sempre a possibilidade evidente de haver um Projecto Escolar inovador que, porque não tem história não está previsto, embora isso, repito, fosse ultrapassado com sub-rubricas de natureza residual.

O que acontece é que há um histórico e recordemos, por exemplo, recentemente o Instituto Pedro Hispano que, também com o objectivo do Francês e não só, teve algumas deslocações a França; na altura, foi entendido que deveríamos participar, para uma despesa global semelhante por aluno, com cerca de 57 €, portanto, mantivemos um esforço por aluno semelhante àquilo que tem sido a posição da Câmara neste domínio. Neste caso há uma desvantagem em termos comparativos que se prende com o facto de, não obstante o esforço dos docentes, alunos e não só, para obter alguns fundos, não há qualquer permuta em termos de acolhimento, ao contrário do que aconteceu com o Instituto Pedro Hispano.

Em resumo, subscrevo a proposta neste contexto... vejo com alguma apreensão, mas não tenho nada contra, que se parta para o desenvolvimento de um regulamento, pela simples razão que normalmente regulamentamos a nossa actividade e aqui, quando muito, iríamos regulamentar a política de apoio o que não é fácil porque não dispomos de história que contenha aquilo que venham a ser os projectos escolares apresentados. O que temos feito é, caso a caso, e com a coerência possível, apresentar propostas que, de alguma forma, nos defendam em termos de coerência perante qualquer comparação no apoio a iniciativas semelhantes.”

*Deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta da Senhora Vereadora Dra. Ana Maria Treno. -----*

---

*06.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 30 de Março de 2006*

**Ponto 4. CULTURA**

**. 25 DE ABRIL DE 1974 - PROGRAMA DE COMEMORAÇÕES DO XXXII ANIVERSÁRIO**

O Senhor Presidente referiu que: “como sabem, há uma comissão coordenada pela Senhora Vereadora em representação da Câmara Municipal, constituída pelos membros da Mesa da Assembleia Municipal, um representante de cada Bancada e os parceiros das entidades educativas.”

A Senhora Vereadora Dra. Ana Maria Treno referiu que: “o programa deste ano segue a estrutura dos anos anteriores, isto porque tem havido, uma avaliação extremamente positiva daquilo que têm sido as actividades que nele têm constado. Aliás, essa avaliação positiva foi reiterada na última reunião onde estiveram os participantes habituais: Câmara Municipal, Assembleia Municipal e as Instituições Escolares do Concelho. Todos foram unânimes em que se deveria seguir a mesma estrutura, por uma razão muito especial: o facto das Comemorações no nosso Concelho envolverem de modo muito participativo as escolas dos vários níveis de ensino, sobretudo através da exposição de trabalhos e do concurso de desenho que serve de suporte gráfico ao cartaz onde consta o Programa Comemorativo. Assim a participação das escolas é realmente vista com muito interesse porque é uma forma dos alunos abordarem este facto histórico nos vários níveis de ensino, e também pela participação de agentes culturais do Concelho que muito têm enriquecido este programa.

Este ano teremos o Grupo GTT, do Cercal; a Banda do Cercal - devido à rotatividade que tem vindo a acontecer nestes eventos concelhios -; a habitual participação da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Soure e, porque também tem tido um acolhimento positivo o momento musical e cultural que se tem criado aquando da realização da Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal. Este ano vamos ter também a abertura desta Sessão com um momento em que participarão alunos do Instituto Pedro Hispano e um conjunto de pessoas que estão a desenvolver e a criar um programa específico para essa Sessão, cujos nomes estão no programa;

Também decorrerá a entrega dos prémios relativos ao Concurso “Conhecer Abril”. Parece uma coisa simples, mas é extremamente importante para as crianças que participam, o facto de receberem publicamente um prémio, mesmo que simbólico; é também uma forma de dar visibilidade àquilo que de positivo se passa nas escolas e para os miúdos que participam é algo que passa a fazer parte de um momento importante das suas vidas.

*06.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 30 de Março de 2006*

Entendeu-se também que o Torneio da Liberdade/Escolinhas, é uma acção que deve continuar e que pretende também acolher crianças de todo o Concelho num dia que é particularmente importante para eles, não tanto pelos prémios ou pelo profissionalismo desportivo, mas pelo dia diferente e agradável que passam. É este o programa delineado e que envolve, de forma muito activa, quer os agentes educativos, quer os agentes culturais do Concelho de Soure.”

O Senhor Presidente referiu que: “no fundo, o que está em causa é que avaliemos a proposta de programa e a autorização das despesas daí decorrentes.

Há pouco não fiz dois comentários que acho que deveria fazer, um político e um técnico: ao longo dos, pelo menos, últimos doze anos temos tido a preocupação de dignificar, valorizar e utilizar este aniversário como forma de que no Concelho de Soure, tudo esteja a ser feito para que os ideais, normalmente associados a Abril, possam ser perpetuados por aqueles que o viveram e possam ser apreendidos por aqueles que o não viveram; continuamos também a pensar que tudo aquilo que possamos vir a fazer, todas as parcerias que possamos vir a integrar, sendo muitas e justas, nunca serão suficientes para, na prática, responder à justificação indiscutível, histórica e política, à verdadeira revolução social que se operou em Portugal com o 25 de Abril.

Depois, dizer-vos que não é por acaso, porque o entendimento tem vindo a ser esse, que a Comemoração do Aniversário do 25 de Abril, dos últimos anos a esta parte, passou a ter uma rubrica individual e autónoma no âmbito da Cultura e, portanto, essa autonomização de acção cultural é também uma forma de afirmarmos a valia que tem para nós a comemoração do aniversário do 25 de Abril de 1974. É nesta ambiência, que surge a proposta concreta.”

O Senhor Vereador Prof. Fernando Martinho referiu que: “não podemos deixar de nos congratular com mais esta iniciativa de assinalar o 25 de Abril. Nós somos daqueles que mais do que apregoar, praticamos os valores de Abril, e falo em meu nome e daqueles que se quiserem associar a mim. Por conseguinte, esta iniciativa, do nosso ver, é pertinente e marca uma diferença relativamente a outros Concelhos onde isso não se faz.

Evidentemente que registamos com agrado o facto de grande parte dos animadores deste programa serem oriundos do Concelho de Soure o que mostra que as colectividades estão embebidas de alguma parceria que também vale aqui registar. Parece-nos, contudo, que em tempo de crise o fogo de artifício continue a figurar



*06.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 30 de Março de 2006*

como um elemento relevante em todo este quadro..., também no Largo do Município, sabemos que têm havido algumas vozes críticas relativamente a isso, não sei se não seria de todo relevante retirá-lo mas, enfim, é uma situação que deixamos ao critério e à consideração de todos vós.”

O Senhor Presidente respondeu, dizendo: “relativamente à questão do fogo de artifício... estamos a falar, no fundo, de uma iniciativa cultural que tem uma verba decorrente de uma rubrica autónoma que foi aprovada e que integrou a proposta de Plano e de Orçamento aprovada para 2006... entendo, por isso, que se discordasse tinha que manifestar essa discordância em termos de contenção aquando da discussão da Proposta de Plano e Orçamento; percebo a motivação subjacente à intervenção do Senhor Vereador, mas julgo que já se poderia e deveria ter discutido isso, agora, a partir do momento que nós aprovámos um Plano e Orçamento que determinou que para esta iniciativa cultural comemorativa do 25 de Abril de 1974 estão previstos 5.000,00 euros, se a proposta de programa cabe perfeitamente dentro daquilo que foi aprovado que viesse a ser o máximo de investimento para esta acção, não tenho nada a opor porque penso que, com ou sem fogo de artifício, isto estará absolutamente dentro daquilo que aprovámos.”

A Senhora Vereadora Dra. Manuela Santos referiu que: “sobre este ponto não poderia deixar de fazer alguns comentários.

Penso que o programa é muito bom, é um programa que tem muitas virtudes e que vem na continuidade dos programas dos últimos anos; concordo também que o aspecto mais importante é o facto de recorrermos aos bons grupos e à Cultura que temos no nosso Concelho.

Comungo da sua opinião dizendo que esta iniciativa já há uns anos a esta parte tem rubrica própria, verba própria que cobre estes mesmos custos, portanto, concordo inteiramente, penso que tem toda a dignidade que a própria data nos exige e nos deverá continuar a exigir porque os valores podem-se comemorar de muitas formas e riscar-se de muitas formas mas, sem dúvida, a Câmara Municipal de Soure, ao longo de todos os anos, e mais uma vez, vai comemorar o 25 de Abril com muita dignidade.

Também era bom que todos nós participássemos nas iniciativas que aqui estão reforçando, com a nossa presença, todo um público que vem a esta iniciativa.”

*Deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta de programa apresentada, bem como a autorização para as correspondentes despesas. -----*

*06.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 30 de Março de 2006*

**Ponto 5. DESPORTO E TEMPOS LIVRES**

. APOIOS AO INVESTIMENTO

. 2006 - (1)

DESPORTO E TEMPOS LIVRES

Apoios ao Investimento // 2006 - (1)

Proposta

Entidade	TRANSFERÊNCIA DE CAPITAL
Centro Social de Figueiró do Campo	125.000 €
Clube de Xadrez do Instituto Pedro Hispano/IPH - X	750 €
APPACDM de Soure	7.500 €

**O Presidente**

**(João Gouveia, Dr.)**

2006.03.15

O Senhor Presidente referiu que: “esta proposta de Apoios ao Investimento já foi explicada na última reunião de Câmara, mas como me foi solicitado que a mesma transitasse para a reunião seguinte, passo a explicar de novo... Centro Social de Figueiró do Campo - estamos a falar num apoio significativo a um investimento num Pavilhão Desportivo Coberto em que uma 1.ª Fase significa qualquer coisa como 450.000/500.000,00 euros, sendo que cerca de 250.000,00 euros já foram

*06.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 30 de Março de 2006*

suportados pela própria IPSS com fundos próprios; no remanescente, 250.000,00 euros, aprovando também a Câmara Municipal o apoio proposto de 125.000,00 euros, isso terá como contrapartida óbvia a subscrição, não apenas de um protocolo de apoio ao investimento, mas dado o seu significado, será acompanhado de um outro protocolo que regerá a utilização municipal desse equipamento. Neste quadro de duplo protocolo de apoio ao investimento e de utilização, e em que se prevê que possa vir a ser aprovado também algum apoio, que terá sido solicitado pela IPSS à Administração Central, a ideia é que até final deste ano, possa haver uma resposta nessa área do Concelho, sem prejuízo de devermos aprovar o projecto e vir a abrir concurso para uma solução directamente municipal, que é a questão da construção de um novo Pavilhão Desportivo Municipal que sirva a zona de Alfarelos, Granja do Ulmeiro e Figueiró do Campo. Clube de Xadrez do Instituto Pedro Hispano - é uma nova modalidade que passou a ter algum dinamismo e, independentemente de constar no próximo pacote de apoios ao funcionamento, houve aqui um investimento de cerca de 1.000,00 euros em aquisição de equipamento: relógios digitais, tabuleiros, livros de iniciação... APPACDM de Soure - são dois apoios ao investimento... aquisição de material desportivo ligado à questão do Remo Adaptado para deficientes e um investimento que também foi feito na reabilitação e manutenção de infra-estruturas desportivas; isto havia sido apresentado, um no final de 2004 e outro no primeiro trimestre de 2005, mas na altura não houve oportunidade de avaliar estes pedidos.”

O Senhor Vereador Eng.º Aurindo Santos referiu que: “relativamente ao Pavilhão Polivalente de Figueiró do Campo, conheço a obra porque ando há muito tempo ligado ao Desporto. É uma obra que vem engrandecer aquela freguesia e, por arrasto, o Concelho porque é uma obra com grandiosidade.

Gostava só de colocar uma questão relativamente a este apoio ao investimento: o pedido que vem a suportar tem um erro de datas ou, efectivamente, isto está há um ano e qualquer coisa à espera de ser...”

O Senhor Presidente respondeu, dizendo: “no caso do Centro Social de Figueiró do Campo, se repararem, em bom rigor, este nem sequer é o ofício de pedido de apoio porque este é um processo que se arrasta já há muito tempo, porquê? É preciso situarmos a questão para que não haja a menor dúvida: quando o Centro Social de Figueiró do Campo, enquanto IPSS, funcionava na estrutura polivalente da Igreja de Figueiró tinha já acordos com a Segurança Social e lançou-se numa obra com um investimento que tinha um investimento de natureza social e outro

*06.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 30 de Março de 2006*

investimento de natureza desportiva; já na altura (2001/2002), pediram à Câmara Municipal entre 20.000 a 25.000 contos para apoio ao investimento na área desportiva e a posição pública da Câmara, aliás, reafirmada em várias reuniões foi sempre esta: “desde que percebamos que está garantido o resto necessário para esse equipamento”... porque haveria uma promessa de apoio do Governo de então... o que aconteceu foi que, entretanto, desenvolveram a área social sem ter conseguido a confirmação de cofinanciamentos na área desportiva e foram sendo capazes de ir investindo, de modo próprio, na área desportiva; agora, chegaram a uma situação diferente, já têm 250.000,00 euros investidos numa 1.ª Fase que custa entre 450 a 500.000,00 euros e, portanto, nesta altura, para todos os efeitos, há já um autofinanciamento de 250.000,00 euros.

Este processo teve toda esta duração temporal porque engloba todas estas características peculiares que acabei de procurar explicar.”

O Senhor Vereador Eng.º Aurindo Santos continuou, dizendo: “quando a obra estiver concluída será, não só importante para a freguesia e para a colectividade, mas também para o Concelho e penso, por aquilo que o Senhor Presidente disse, para todas as colectividades do Concelho que pretendam utilizar aquele equipamento. Sendo uma obra dessa importância, estar um ano e três meses à espera de uma resposta...

A outra questão que gostava de colocar não é propriamente uma questão mas não querendo entrar em linha de conta com a metodologia que Vossa Excelência utiliza para agendar as reuniões, porque é que nestes apoios ao investimento, à semelhança até do que aparece no outro ponto logo a seguir, se aprova a globalidade e não se aprova caso a caso.”

O Senhor Presidente respondeu, dizendo: “se for ao Plano Plurianual de Investimentos dos diferentes anos, e aliás, como Deputado Municipal conhece-os, sabe que uma coisa são os apoios ao investimento, outra são os apoios a eventos/provas desportivas.

Os eventos/provas desportivas têm o seu momento e os “desfazamentos” tradicionais e nós temos aprovado um a um... tem sido sempre assim à medida que eles se vão desenvolvendo e surgindo.

Já os apoios ao investimento, quer no Desporto, quer na Cultura, são em função daquilo que são os pedidos existentes e da priorização de investimento que consideramos consonante com as políticas municipais.

*06.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 30 de Março de 2006*

As propostas de apoio ao investimento têm vindo sempre em grupo e os apoios a eventos/provas desportivas vêm quando nos fazem chegar. Não tem qualquer tipo de significado, é apenas uma questão metodológica”.

O Senhor Vereador Dr. Carlos Páscoa referiu que: “a nossa Bancada votou favoravelmente esta proposta, conscientes da importância destas colectividades e do trabalho que produzem, mas não quero deixar de ressaltar como Declaração de Voto que continuamos a achar que não é correcto mas é uma opinião, porventura, quase que diria pessoal, que dirigentes com grande responsabilidade neste Executivo e nesta Câmara Municipal sejam simultaneamente dirigentes de colectividades. O que eu quero dizer é que não temos, em relação a essas pessoas, nenhuma situação de desconforto porque ajuizamos claramente da sua verticalidade, da sua idoneidade só que nos parece.....

O Senhor Presidente referiu que: “..... política municipal de Desporto e no caso em epígrafe, em termos de apoio ao investimento, o seu indiscutível duplo efeito, mobilizador de vontades e multiplicador de recursos... não deve a Câmara Municipal, em circunstância alguma, tomar qualquer atitude redutora da autonomia que deve existir em qualquer instituição concelhia quando resolve democraticamente e em liberdade nas suas Assembleias Gerais fazer as escolhas que entende por bem... ainda, a nosso ver, qualquer membro do Executivo ou enquanto tal, o que tem é que nesse fórum e nessa sede, enquanto associado, dar nota de que não vê com bons olhos que os sócios escolham autarcas eleitos mas é nesses fóruns... agora, não pode nem deve a Câmara, em circunstância alguma, reduzir, eu diria até, condicionar a liberdade e autonomia institucional de qualquer instituição.

Por outro lado, esta é uma matéria sobre a qual existe e continuará a existir sempre a maior transparência e nem sequer precisamos de olhar para o lado porque, se olhássemos, verificaríamos que em comunidades onde cada vez mais abunda o comodismo e o absentismo, se não forem aqueles que, por esta ou por aquela razão, se dedicam... muitas vezes ficavam sem agentes dinamizadores. É assim no Concelho de Soure como é nos demais concelhos, no resto do País, o que é diferente no Concelho de Soure é que há um autarca permanentemente preocupado com as escolhas das instituições.”

O Senhor Vereador Dr. Carlos Páscoa referiu que: “o Senhor Presidente certamente que tem em linha de conta ou ouviu atentamente o que eu disse.

*06.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 30 de Março de 2006*

Eu disse que em lado algum eu coloquei ou colocaria em causa a idoneidade e verticalidade das pessoas que simultaneamente são dirigentes políticos autárquicos e dirigentes associativos. Ouviu bem o que eu disse, mas repito uma vez mais, em coerência com aquilo que sempre disse, no plano ético e no plano dos princípios, se eu desempenhasse funções executivas nesta Câmara, nesse mesmo dia abandonaria a direcção de colectividades onde estivesse presente.”

*Deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada pelo Senhor Presidente.-----*

*O Senhor Vice-Presidente Santos Mota não participou na votação.-----*

**Ponto 6. DESPORTO E TEMPOS LIVRES**

**. EVENTOS /PROVAS DESPORTIVAS – APOIO**

O Senhor Presidente referiu que: “o Grupo Motard’s de Samuel tem levado a cabo uma iniciativa anual que, normalmente, concentra  $\approx$  400 participantes só em Motard’s oriundos de todas as áreas do país e têm tido um apoio até ao máximo de 1.000,00 euros. A regra tem sido a da comparação entre a despesa e receita efectivamente realizadas; se daí resultar um montante inferior a 1.000,00 euros, é esse montante, se for superior, é 1.000,00 euros. Neste caso concreto, verifica-se, que há uma diferença bem superior, mas o que vamos manter, dentro daquilo que tem sido a lógica habitual, é uma proposta de apoio de 1.000,00 euros.

Já na questão do Moto Clube de Santo Isidro, este tem protagonizado duas provas nacionais, uma na área do Motocross e outra na área do Supercross; essas provas têm tido cobertura televisiva e outro tipo de envolvimento/exigências até em termos de prémios, fazendo também parte dos Campeonatos Nacionais; a Câmara, para além de solicitar junto do Senhor António Xavier de Lima a disponibilização do terreno - porque ele tem entendido só disponibilizar à Câmara -, e de ajudar conjuntamente com a Junta de Freguesia da Gesteira na preparação dos terrenos, tem atribuído um apoio que ronda os 5.000,00 euros; quando o valor da diferença atrás usada é inferior, é inferior, quando é superior, até 5.000,00 euros. Sendo assim, neste caso resulta óbvio que o apoio que vamos propor é de 5.000,00 euros... estamos a propor apoios a duas provas que têm características diferentes e dentro daquilo que tem sido a lógica que tem presidido ao apoio a estas iniciativas, ano após ano.

*06.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 30 de Março de 2006*

Penso que todos conhecem as características dos certames e todos percebem com base em que pressuposto, em termos de Plano de Actividades e Orçamento, é que estamos a colocar esta proposta à votação.”

O Senhor Vereador Dr. Carlos Páscoa referiu que: “eu pedia-lhe que votássemos separadamente porque em relação ao Grupo Motard’s Diabos de Samuel, confesso que não entendi. Nós estamos a aprovar uma iniciativa que eles fizeram em Agosto do ano passado?”

O Senhor Vereador Prof. Fernando Martinho referiu que: “evidentemente que ambas as colectividades nos merecem toda a consideração, a mim particularmente, até sou um aficionado das motas, todavia, em conformidade com as nossas posições tomadas desde há algum tempo relativamente a estas votações, não querendo sequer inviabilizar, e não é isso que está em questão, o pedido de apoio e o apoio que será concedido, não poderíamos deixar de nos abster nesta votação pelas razões que já foram sendo ditas ao longo do tempo.”

O Senhor Vereador Dr. Carlos Páscoa referiu que: “o nosso reconhecimento pelas instituições é evidente, é notório, eu próprio presenciei no caso do Moto Clube de Santo Isidro, mas acho que deveria haver alguma pedagogia dos serviços camarários no sentido de que a formulação destes pedidos fossem feitos de uma maneira mais consentânea com aquilo que depois é uma deliberação política... nós estamos a aprovar algo que, notoriamente, um ano de distância pode causar a vindouros alguma estranheza.”

O Senhor Presidente referiu que: “compreendo as posições mas não tenho que as subscrever, como é evidente, como os Senhores não têm que subscrever as minhas... quando diz que se deveria fazer alguma pedagogia... ela tem sido feita, tanto tem sido feita que se conseguiu que as instituições conseguissem assegurar, de ano para ano, as coisas... é uma tradição, sempre tem vindo a ser assim. Os próprios dirigentes das instituições que desenvolvem este tipo de actividade já conhecem as regras: por exemplo, o Moto Clube de Santo Isidro já sabe que tem uma forte colaboração da Câmara em termos de pedir ao Senhor Xavier de Lima que autorize a utilização do terreno e que anualmente seja arranjado por nós; os Motard’s já têm a noção de que este é, digamos, um apoio chapa que pode ir até mil euros. São provas nacionais, têm determinado tipo de características e de

*06.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 30 de Março de 2006*

envolvência e, manifestamente, têm-se revelado como um bom elemento divulgador do Concelho no plano do desporto e até do turismo.”

O Senhor Vereador Dr. Carlos Páscoa referiu que: “esta prova do Moto Clube de Santo Isidro, de 18 de Junho, é deste ano.”

O Senhor Presidente respondeu, dizendo: “não, não é. Não vamos aqui criar situações que não existem.

Este ofício entrou na Câmara em Fevereiro de 2006, mas reporta-se a 2005 porque em 7 de Fevereiro não podiam ter feito provas em Abril e em Junho...”

#### **6.1. Grupo Motard’s Diabos de Samuel**

*Deliberado, por unanimidade, aprovar a atribuição de um apoio no valor de 1.000,00 euros. -----*

#### **6.2. Moto Clube de Santo Isidro**

*Deliberado, por unanimidade, aprovar a atribuição de um apoio no valor de 5.000,00 euros pela organização dos eventos efectuados, bem como um agradecimento ao Senhor Xavier de Lima pela disponibilidade manifestada no que toca à realização das provas na sua propriedade. -----*

### **Ponto 7. SANEAMENTO E SALUBRIDADE – CEMITÉRIOS**

#### **. CONSTRUÇÃO/REABILITAÇÃO – DAS FREGUESIAS**

#### **. Ampliação do Cemitério da Granja do Ulmeiro**

#### **. Prorrogação Graciosa de Prazo**

Do Departamento de Obras e Urbanismo foram presentes as seguintes informações:

Assunto: SALUBRIDADE – CEMITÉRIOS

CONSTRUÇÃO/REABILITAÇÃO – DAS FREGUESIAS

AMPLIAÇÃO DO CEMITÉRIO DA GRANJA DO ULMEIRO

PRORROGAÇÃO DE PRAZO - GRACIOSA

A empresa adjudicatária da obra vem requerer uma prorrogação do prazo contratual, nos termos do ponto 5.2.1. do caderno de encargos, documento que faz parte integrante do contrato outorgado entre aquela empresa e o município.

Tendo em conta a informação dos serviços técnicos, não vemos inconveniente no deferimento do presente pedido de prorrogação graciosa.

À Consideração Superior,  
O Director de Departamento  
(Marcus Tralhão, Dr.)

2006.03.27



*06.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 30 de Março de 2006*

e

Assunto: SALUBRIDADE – CEMITÉRIOS  
CONSTRUÇÃO/REABILITAÇÃO – DAS FREGUESIAS  
AMPLIAÇÃO DO CEMITÉRIO DA GRANJA DO ULMEIRO  
PRORROGAÇÃO DE PRAZO

Dados da empreitada:

Adjudicação	75.538,95 €
Data Consignação	13.10.2005
Prazo Inicial	90 dias
Prorrogação de Prazo (aprovada em R.C. 29/12/2005)	60 dias
Data conclusão	03.03.2006

Considerando:

1. Que, o prazo de execução da obra se encontra esgotado;
2. O pedido de prorrogação apresentado pelo empreiteiro, em anexo, bem como as razões nele invocadas. Sugere-se, a aprovação de uma prorrogação graciosa da empreitada com data de conclusão prevista para o dia **18.04.2006** (45 dias).

À Consideração Superior,  
(Mauro Alegre, Eng.)  
2006.03.17

O Senhor Presidente referiu que: “o empreiteiro a quem foi adjudicada a obra aduz uma série de razões e pede uma prorrogação graciosa do prazo; o Senhor Chefe de Divisão de Obras Públicas que superintende a equipa de fiscalização da obra diz que não vê inconveniente na sua aprovação e o Senhor Director de Departamento, com uma informação jurídica, diz que também não e remete para a consideração superior.

Assim, o que eu proponho é que aprovemos a prorrogação graciosa de prazo solicitada.”

*Deliberado, por unanimidade, aprovar a prorrogação graciosa de prazo, conforme decorre das informações técnicas dos serviços -----*

**Ponto 8. ABASTECIMENTO PÚBLICO - ÁGUA**  
    . Aquisição de Motorizadas  
    . Consulta Prévia

Do Departamento de Obras e Urbanismo foram presentes as seguintes informações:

**06.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 30 de Março de 2006**

Assunto: ABASTECIMENTO PÚBLICO - ÁGUA  
AQUISIÇÃO DE MOTORIZADAS  
ESCOLHA DE PROCEDIMENTO

Com vista à adjudicação do equipamento constante da informação técnica em anexo, sugerimos a V. Exa. aprovação dos seguintes pontos:

**1. Escolha de procedimento prévio à contratação:**

A adopção da modalidade de **consulta prévia**, uma vez que o valor de estimativa é de **5 .400,00 euros** - cf. alínea c) do n.º 1 do artigo 81.º do Decreto-Lei n.º 197/9, de 08.06 -.

A competência para a escolha do procedimento a adoptar, bem como para a aprovação dos restantes pontos da presente informação, insere-se dentro do âmbito das competências quer da Câmara Municipal, quer do Presidente deste órgão municipal, uma vez que se trata de uma despesa orçamentada inferior ao limite estabelecido para este órgão - 149.639,37 euros - cf. alínea a) e b) do n.º 1 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, aplicável por força da alínea a) do n.º 1 do artigo 4.º do mesmo diploma -.

O encargo previsto para o presente fornecimento tem em parte cabimento no orçamento para o presente ano de 2006 pela rubrica **03.03.07.01.06.02** e trata-se de acção inscrita em plano plurianual de investimentos com a classificação de **08.001 2006/140**.

**2. Consultas**

De acordo com o estabelecido na alínea c) do n.º 1 do referido artigo 81.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, deverá ser consultado pelo menos dois fornecedores, nada impedindo que a consulta seja feita a um maior número de empresas, sugerindo os serviços a consulta às seguintes:

- **José Maria Nunes Neves - Soure;**
- **Fernando Cordeiro Figueiredo - Sobral, Soure;**
- **Stand Tralhão - Soure.**

À Consideração Superior,  
O Director de Departamento  
(Marcus Tralhão, Dr.)  
2006.03.28

e

Assunto: DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E ABASTECIMENTO PÚBLICO - ÁGUA  
. AQUISIÇÃO DE MOTORIZADAS

Constatamos os sucessivos desgastes das motorizadas ao serviço, neste sector, e adquiridas há alguns anos. Trata-se de um meio de transporte indispensável para deslocações rápidas e económicas, cuja eventual reparação neste momento implicaria avultada despesa, que em nosso entender não se justifica.

Face a esta situação sugerimos a aquisição de duas motorizadas novas para dar resposta às solicitações deste sector.

*06.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 30 de Março de 2006*

Estima-se o valor desta aquisição, inscrita no plano de actividades para 2006, em aproximadamente 5.400,00 euros + Iva.

À Consideração Superior,  
O Técnico  
(Evaristo Duarte)  
2006.03.28

O Senhor Presidente referiu que: “um dos responsáveis pela área de infra-estruturas, em termos de serviços municipais, sugere a aquisição de duas motorizadas novas para continuarmos a dar resposta às solicitações típicas deste sector. Trata-se de um investimento de cerca de 5.400,00 euros + Iva; juridicamente este valor determina o recurso, em termos de fornecimento previsto na lei, à figura da consulta prévia.

Estes equipamentos têm um papel sobejamente reconhecido como indispensável para estes trabalhadores e há uma altura em que se atinge o limite da validade temporal dos equipamentos e há que substituí-los.

Assim, o que eu proponho é que se aprove a adopção da modalidade de consulta prévia para o presente fornecimento.”

*Deliberado, por unanimidade, aprovar a adopção da modalidade de consulta prévia, para a aquisição de duas motorizadas, conforme decorre das informações técnicas dos serviços. -----*

**Ponto 9. DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO**

**. Parque Eólico de Degraças e Rabaçal**

O Senhor Presidente referiu que: “como os Senhores Vereadores sabem, aquando da Tomada de Posse que marcou o início deste novo mandato, fiz a intervenção habitual nesses momentos e fi-lo assumindo publicamente alguns compromissos, entre eles: que iria tudo fazer para continuar o desenvolvimento do Concelho, a prioridade das prioridades, e expliquei como é que o iria fazer... que, dada a ambiência que alguns, quase sempre os mesmos, pretenderam criar, iria solicitar uma auditoria urgente, não propriamente para lhes fazer a vontade mas para acabar com insinuações... que não poderia deixar de clarificar, esclarecer, desmentir e, se fosse caso disso, as acusações assentes em mentiras escandalosas feitas pelos candidatos do PSD à gestão municipal durante a campanha e não estou a falar de acusações programáticas, mas de questões factuais.

Estes foram alguns dos compromissos que assumi no discurso de Tomada de Posse; naturalmente, em 16 de Fevereiro a prioridade é relativa, nós tomámos

*06.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 30 de Março de 2006*

posse a 4 de Novembro e, cerca de três meses depois, produzi um despacho que determinava ao responsável pela área da Urbanização, Urbanismo e Jurídica a elaboração de uma informação histórica e jurídica que assentasse só em factos e na legislação aplicável por forma a que pudéssemos informar os munícipes sobre a veracidade ou não das acusações feitas à gestão municipal no que toca ao Parque Eólico... aliás, adianto que irei, ainda durante o mês de Abril, fazer despacho semelhante ao Departamento de Administração e Finanças, naturalmente, sobre Fundos Comunitários e outras receitas de capital porque a gestão municipal foi acusada de Fundos Comunitários “zero”.

As acusações à gestão municipal, no que diz respeito ao Parque Eólico de Degraças e Rabaçal, de acordo com notícias então publicadas nos jornais e com informações/considerandos constantes de ofícios e panfletos/desdobráveis de propaganda distribuídos pelo PSD, foram, não sentindo necessidade de ler os jornais, as seguintes: a 19 de Setembro, no Diário “As Beiras”, havia uma notícia que dizia “Ventos mal Negociados; Terrenos Públicos Cedidos/Negociados; Câmara não consultou as populações; Câmara efectuou um contrato de prazo ilimitado sem qualquer tipo de concurso público” Não tenho conhecimento de qualquer desmentido do então candidato Dr. Carlos Páscoa sobre o que está aqui escrito... também sobre a questão em que é dito que *a Câmara e a Junta não consultaram as populações, estão a ser negociados bens públicos, efectuaram um contrato de prazo ilimitado e a lei determina... e o contrato foi feito sem que previamente existisse qualquer tipo de concurso público...* sobre isto gostaria de dizer o seguinte: a Câmara não cedeu nem negociou qualquer terreno público porque não é proprietária de nenhum terreno público e não fez qualquer negócio, logo não podia ter negociado ou revelado incompetência negocial... a Câmara não efectuou *qualquer contrato desta natureza, contratos de cedência de bens públicos de prazo ilimitado quando a lei determina... estabelecido com a empresa...* a Câmara não efectuou qualquer contrato, de arrendamento, nem de cessão de exploração, portanto, esta notícia assenta num acumulado de factos que são mentira e toda e qualquer análise aos documentos e a tudo o que sustenta o processo comprova que é mentira.

Depois, candidatos do PSD apresentam, na antevéspera de eleições, em dois jornais: “*PSD mostra protocolo de exploração do Parque Eólico*”; o PSD não mostrou porque não há nenhum protocolo de exploração do Parque Eólico; actuou de forma política inqualificável pois bastava ler as três cláusulas do protocolo que exibiram como sendo um protocolo de exploração para perceber que essas cláusulas nada tinham que ver com arrendamento ou com cessão de exploração... um adiantamento normal em todos os processos, aliás, bastava o PSD ter

*06.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 30 de Março de 2006*

consultado uma série de Municípios que têm Parques Eólicos para ter percebido que todos eles aceitaram, naturalmente, um adiantamento sem quaisquer encargos financeiros. Para além disto, usaram um quadro comparativo, na notícia e num ofício distribuído, entre este protocolo de adiantamento - que não tem nenhum arrendamento, nenhuma exploração - e um contrato de arrendamento/cessão de exploração de um Município vizinho e disseram mais, que um tinha negociado 2,5% e outro 17%. Qualquer Município sem negócio tem 2,5%, o que acontece é que se for proprietário pode acrescentar aos 2,5%... 17%; no caso em epígrafe não acrescenta nem vai acrescentar nada, porque não está lá nada... mas eu não quero ser deselegante com esse Município, quero é que fique claro que o PSD quando diz que mostrou o protocolo de exploração não mostrou nada, mostrou um mero protocolo de adiantamento que, aliás, já conhecia porque foi aprovado na reunião de 21 de Maio de 2005 e enviado aos Deputados Municipais em acta em minuta a 2 de Junho e depois em Agosto... portanto, não era preciso um jurista do Concelho, Dr. José Moura, que além de jurista era candidato do PSD, ter-lhes mostrado, ter vindo buscar, pois nada havia a esconder... O PSD, e se eu quiser pegar nas palavras do Senhor Vereador que na última reunião, a propósito de uma interpretação regimental, me diz assim: “*basta ler o regimento*”... o que eu não lhe deveria dizer quando mostra o protocolo de adiantamento que tem duas cláusulas e uma terceira que é a dar os contactos... para lhe dizer que bastava ler o protocolo para perceber que aquilo não era nada em termos de exploração ou de arrendamento, portanto, há uma utilização de um documento público assumido cuja existência ninguém negou como se de um protocolo de arrendamento ou de cessão de exploração se tratasse. Uma comparação politicamente desonesta...

Depois, permitem-se concluir que a Câmara teria contratado/negociado 2,5% e um Município vizinho 17% e com base nesta comparação afirmaram, num panfleto/desdobrável que: “*querem um exemplo? Porque é que Pombal recebe 17,1% e Soure 2,5%?*” Bom, eu já nem vou ao ponto de que Pombal não recebe nada mas se vier a receber, pela mesma razão Pombal receberá 2,5% e poderá é, na qualidade de proprietário que nós não temos, vir a receber a diferença, de maneira que, quando se comparam duas coisas distintas, ignorando que são iguais naquilo que poderia ser comparado, eu concluo que isto não é uma questão de capacidade negociadora, é uma questão de capacidade para fazer política assente em comparações absolutamente inqualificáveis. Em todas as notícias dizem que admitem a existência de algumas ilegalidades, pediram a colaboração de dois advogados do Concelho, curiosamente, o Dr. Rui Cunha e o Dr. José Moura, ambos candidatos do PSD, um à Assembleia Municipal e outro à Junta ou à Assembleia de Freguesia de Tapeus;

*06.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 30 de Março de 2006*

esses dois juristas do Concelho, em pleno jornal, confirmam a existência de presumíveis ilegalidades, mas como se isto não bastasse, um deles, na antevéspera de eleições, diz assim no jornal: “*José Moura esclareceu que o protocolo, o tal que tem duas cláusulas e meia, contém várias ilegalidades, nomeadamente ao nível do período de concessão ilimitado, exploração entregue a uma empresa sem concurso público e área de acção extensiva a todo o Concelho...*” basta ler o protocolo de adiantamento para se perceber que não está lá nada escrito sob período de concessão ilimitada porque ele não trata de concessão nenhuma e muito menos fala de monopólio da área de acção a todo o Concelho... isto é, admite a existência, os juristas confirmam e depois um jurista, numa notícia onde está o Dr. Carlos Páscoa e o Dr. Serralha Duarte... não admite nem presume, diz que estão lá as ilegalidades e o Dr. Carlos Páscoa está com o protocolo na mão e diz que é um protocolo de exploração do Parque Eólico, um simples protocolo de adiantamento. Entretanto, bastava ler o protocolo para perceber que isto é tudo mentira mas o que é claro é que, nestas notícias, a gestão municipal foi indiscutivelmente acusada de ter praticado ilegalidades mas, curiosamente, o PSD, primeiro apresenta um requerimento e depois um documento anexo... é o próprio PSD que, no documento anexo, entregue a 24 de Março, vem dizer que em lado algum foram co-responsáveis políticos do PSD... que confirma que não há qualquer ilegalidade imputável à Câmara ou ao seu Presidente, e adianta que nunca havia feito tal acusação. Com esta nova mentira de que nunca tinha feito essa acusação, vem o PSD confirmar que a acusação que, de facto, tinha feito era mentira.

Fica claro, de forma documentalmente sustentada, comprovado que estas acusações de ilegalidades processuais não existem; que estas acusações de negócios de incompetência negocial não podem existir quando não há negócio nenhum e que a situação de que havia um contrato sem concurso público de cedência de bens públicos quando a Câmara não cedeu bem público nenhum. Estas três acusações e as que lhe estão adjacentes são absoluta e comprovadamente mentira e esta explicação, estarei disponível para a dar em qualquer sede e de forma sustentada mas mais, os Senhores Vereadores do PSD fazem um requerimento e depois um documento adicional... reparem, no requerimento apresentado, os Senhores Vereadores do PSD não contestam nenhum dos factos, nenhuma das conclusões decorrentes que constam da informação histórico-jurídica; dizem, a certa altura, no documento adicional, que eu fugi à resposta, eu não fugi, estive para a dar na última reunião, mas estou a dá-la hoje porque quis que a discussão política estivesse assente em factos e na ambiência legal aplicável e quem tem que nos informar quais os factos, sem considerandos, qual a ambiência legal aplicável é naturalmente o

*06.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 30 de Março de 2006*

responsável pela área jurídica. Em circunstância alguma pediria ao responsável da área jurídica para vos responder, não preciso que respondam por mim, agora, quero é que a discussão sobre factos esteja assente na realidade processual e na ambiência jurídica aplicável.

Os Senhores Vereadores, no requerimento e no documento adicional, não contestam o facto, em momento algum, da Câmara Municipal não ser proprietária dos terrenos onde estão instalados os aerogeradores, depois de terem dito que negociámos bens públicos, não contestam o facto de que a Câmara não é proprietária de qualquer dos terrenos... não contestam o facto de a Câmara Municipal não ter celebrado, por escrito, qualquer contrato de arrendamento ou de cessão de exploração com qualquer empresa que explore o Parque Eólico. A Câmara Municipal não cedeu, não subscreveu, não contractualizou, nem tem que o fazer, porque é a própria lei aplicável que, vindo moralizar a relação entre Autarquia e investidores, afasta, como que proíbe, a possibilidade de haver contratos, dando nota de que se houver lugar para além dos 2,5% automáticos, a donativos... à revelia do que a lei prevê, que a empresa que tem a actividade licenciada pode e deve exigir a devolução do que foi entregue, com as correspondentes indemnizações... isto é o que decorre da lei !!!

Depois, não contestam o facto de não existir razão alguma para que tivesse ocorrido a abertura de concurso público... para quê ??? Não temos nada para alugar...

Não contestam o facto de que, nos termos da lei, a responsabilidade da Câmara é de licenciar as obras de construção, essa é a nossa responsabilidade !!!

Não contestam o facto de que, nos termos da lei, o licenciamento da actividade produtiva de energia não é competência municipal, é uma autorização do Ministério da Economia que, aliás, cedeu estas licenças em 2004, portanto, para aqueles que dizem que a pressa da Câmara em 2005, era, ter adiantamentos... já poderíamos ter pedido desde 2004... Não faz o menor sentido !!!

Não contestam, ainda, o facto de que, nos termos da lei, tendo em vista a moralização da tal relação entre investidores e Autarquias, foi estipulado o pagamento de uma renda equivalente aos tais 2,5% das receitas brutas e recebidas.

Não contestam o facto de que, nos termos da lei, se a Câmara Municipal ou qualquer dos seus membros, tivesse exigido mais valias, contrapartidas, compensações ou donativos... o titular da licença teria direito à respectiva devolução e indemnização a que houvesse lugar.

Por outro lado, os Senhores Vereadores, então candidatos, não apontam no requerimento, nem no documento adicional, pelo contrário, no adicional vêm dizer

*06.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 30 de Março de 2006*

que nunca o fizeram, qualquer ilegalidade nos processos de licenciamento de obras. Acresce, ainda, que os Senhores Vereadores, enquanto Deputados Municipais, receberam as actas do reconhecimento de utilidade pública, quer da Câmara Municipal, quer da Assembleia Municipal e do protocolo; sendo assim, fica claro e sem margem para dúvidas, que as acusações feitas à gestão municipal, não eram verdadeiras, foram, escandalosas mentiras, e não sou eu que o digo, são os factos que o revelam. Repito, a Câmara Municipal não fez negócio algum, não negociou quaisquer bens públicos... a Câmara Municipal não contratou nenhum arrendamento, nem qualquer cessão de exploração, a Câmara Municipal cumpriu com o previsto na lei.

Aos Senhores Vereadores do PSD resta-lhes, do nosso ponto de vista e no mínimo, que peçam desculpa aos munícipes de Soure e que assumam que fizeram acusações no que diz respeito ao processo do Parque Eólico absolutamente inqualificáveis.

Os Senhores Vereadores apresentam um requerimento a 9 de Março e depois apresentam um documento adicional e não contestam nada, mas fazem perguntas às quais terei todo o prazer em responder porque, praticamente, uma repete a outra e faz uns considerandos.

Perguntam, por exemplo, qual o teor da Ordem de Serviço emanada da Presidência... têm uma cópia. Considerando as acusações, e que os munícipes devem ser informados da verdade, determinei a sua elaboração. Quando na informação se diz que a Câmara procurou arbitrar incompatibilidades... a Câmara não tem que arbitrar incompatibilidades nenhuma, aquilo que fez no Parque Eólico, como em qualquer outro domínio, foi no caso de aparecerem potenciais investidores a revelarem interesse em investir, a Câmara disponibilizar os seus técnicos para os informar e ajudar a captar investimento, portanto, a Câmara não tem nada a ver, não tem propostas de empresa nenhuma, o que tem são informações por parte de Juntas de Freguesia de várias empresas que teriam já obtido licenciamentos do Ministério da Economia, ainda que provisórios, para investir em áreas geograficamente coincidentes; o Director de Departamento, e bem, convidou, por sugestão do Presidente de Junta de Freguesia de Tapeus, as pessoas para lhes dizer que queremos que haja investimento, mas para tratarem de o fazer em áreas não coincidentes sob pena de não poderem ser aprovadas. Isto não é arbitrar, isto é informar, motivar. Evidentemente que quando se reúne com qualquer empresário, como forma de estímulo, não se fazem actas, portanto, esta questão de haver uma empresa que “dá isto” e outra que “dá aquilo” não faz sentido pela simples razão de que a questão nunca se colocou.



*06.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 30 de Março de 2006*

Depois, em que actos concretos se traduziu a acção de dar a conhecer às populações... para já, foi um assunto amplamente noticiado na Assembleia Municipal de Fevereiro de 2004, e toda a gente conhece as razões... por exemplo, nessa Assembleia Municipal, até o Senhor Vereador Dr. Carlos Páscoa, enquanto Presidente da mesma, disse que se tratava de uma excelente informação, e até o Prof. Fernando Martinho, então Deputado Municipal, dizia que ia melhorar o Turismo das comunidades locais... qual é o interesse? O interesse tem que ver com uma activação das economias locais, para além das apostas nacionais, em termos de energias renováveis não poluentes.

Depois, faz perguntas do género *qual o interesse do Parque Eólico para as localidades em particular?* O interesse é esse, agora, acautelar a afectação de receitas? Os privados que eram donos dos terrenos negociaram como bem entenderam e a Câmara Municipal, em circunstância alguma, seria parte na definição desses equilíbrios. O que não se diria se a Câmara tivesse andado a influenciar os privados para alugarem desta ou daquela forma!

O facto da Junta de Freguesia das Degracias ter um pequeno terreno onde estão dois dos onze aerogeradores... a mesma coisa. A Junta de Freguesia, na sequência dos privados, negociou no âmbito da sua legitimidade. A Junta não deve ter negociado, a Junta negociou... a Junta tem um baldio onde estão dois aerogeradores, portanto, admito eu, que a Junta possa, na sequência do que os privados fizeram, ter feito qualquer contrato de exploração, mas aquilo que a Câmara fez, através dos serviços municipais, foi disponibilizar o Dr. Marcus Tralhão e a sua equipa para ajudar/materializar, em termos jurídicos, os privados e as Juntas que pediram ajuda.

Em matéria de Juntas de Freguesia tenho que lhe dizer o seguinte: acho muito bem que possam avaliar se a Junta de Freguesia de Degracias arrendou mal ou bem mas o que acho esquisito é que estávamos a 26 de Setembro e uma Junta de Freguesia, concretamente a de Tapeus, porque estava a seis meses de um contrato de cessão de exploração com as pedreiras, a terminar em Março, tinha que comunicar até 26 de Setembro que não renovava o contrato e depois tinha seis meses para pensar num novo contrato; o que esta Junta de Freguesia fez foi, sem dizer nada e numa actividade que está considerada ilegal... com seis meses para o fazer, a oito dias de eleições, assinar um novo contrato com cessão de exploração e com alargamentos de áreas para a prática de uma actividade que está considerada ilegal. Acho estranhíssimo que o Senhor Vereador, enquanto candidato, não se tenha associado a nós na denúncia de uma atitude que é um caso que merece adequada investigação.

*06.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 30 de Março de 2006*

Depois, no ponto 5 “da redacção algo vaga do documento epigrafado de “protocolo”... a redacção não é vaga, o protocolo tem três cláusulas e o Senhor conhece-o, mas seria bom que as lêssemos: “a Entreventos pagará ao Município de Soure, a título de adiantamento dos montantes que lhe serão devidos ao abrigo dos disposto no Decreto-Lei... a quantia de 250.000,00 euros, parágrafo único. O pagamento da quantia referida nesta cláusula ocorrerá durante a segunda quinzena de Maio; cláusula segunda: cabe à Entreventos praticar todos os actos tendo em vista a promoção, construção e exploração de Parques Eólicos nos termos da lei e dos licenciamentos competentes; a Câmara Municipal compromete-se a prestar toda a colaboração e apoio, de acordo com o previsto na lei, tendo em vista a promoção, construção e exploração dos seus Parques Eólicos, emitindo as licenças, autorizações e consentimentos da competência da Câmara Municipal; cláusula terceira: todas as comunicações entre os outorgantes relativas ao protocolo devem ser efectuadas mediante carta protocolada...” onde é que está aqui explícito que a Câmara Municipal arrendou, cedeu a exploração e que o monopólio à eólica no Concelho, que fez um contrato de exploração ilimitada, que entregou a uma empresa sem concurso público... isto não faz sentido, não é possível, nestas cláusulas, tirar as ilações que um jurista refere, na antevéspera de eleições, no jornal... De que foi feito um contrato de duração ilimitada, de que se dá o monopólio da área do Concelho e de que foi atribuído sem concurso público aberto... de maneira que, quando os Senhores perguntam “da redacção algo vaga do documento”... evidentemente que não, basta ler.

O protocolo é um mero adiantamento, não há negócio nenhum.

Em que medida ficou salvaguardada a possibilidade de outra empresa concorrente pretender instalar-se na área do município... até já há outras que estão a tratar disso e que vão aparecer !!!

Designadamente, se surgir outra empresa concorrente a oferecer... não acontecerá porque essas empresas oferecem é aos donos, o que pode é no futuro a Câmara ser dona de algum terreno com potencialidade de produção de energia eólica, que não é o caso... de resto, a Câmara pode é assistir, com agrado que, de motu próprio, uma empresa chegue junto da Comissão da Capela local... e que os apoie, mas isso será um problema da empresa com a Comissão, a Câmara não se meterá no assunto sob pena de poder ser acusada e ter que devolver/indemnizar, porque a lei o proíbe.

O processo de licenciamento de obras está concluído... claro que deverá estar concluído.

Depois pergunta, as receitas... neste momento, os elementos de que dispomos apontam para uma receita na casa dos 10.000,00 euros/mês, cerca de 125.000,00 euros/ano; começaram a trabalhar com os aerogeradores em Outubro e pelos

*06.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 30 de Março de 2006*

indicadores que nos chegaram, está na casa dos 10/11.000,00 euros. Não sei se isto tem sazonalidade... não tenho ainda histórico para... A presunção deles, de acordo com a potência dos equipamentos, é que isto pode ir até aos 125.000,00 euros/ano. Isto significa que teremos uma receita anual de 125.000,00 euros cuja afectação será, naturalmente, decidida aquando da apreciação da proposta de Orçamento. As chamadas receitas que ficam na origem... percebo se estivéssemos a alugar, se aquilo fosse público, essas ficam nos privados ou na Junta, agora, a receita municipal é para ser gerida, entre outras coisas, numa perspectiva solidária porque repare, se nós estivéssemos preocupados em gastar em Pombalinho ou nas Degraças apenas o valor das receitas que tivessem lá origem, não teríamos investido na Freguesia de Pombalinho, nos últimos anos, qualquer coisa como 2.500.000,00 euros porque não há receitas locais para isso. Se pensarmos apenas que tivemos um adiantamento de 250.000,00 euros, só meia dúzia de investimentos feitos em Degraças e Pombalinho... nas áreas de Saúde, Desporto e Rede Viária, em 2005, são 600.000,00 euros, portanto, não faz sentido perguntar para onde é que foram os 250.000,00 euros.

Quais os empreiteiros ???... vamos imaginar que amanhã um Vereador dizia assim: “eu acho que as receitas municipais da eólica, não obstante os arrendamentos estarem lá na freguesia, nos privados ou na Junta, que também aqui deve ser uma parte para eles”... se cada freguesia começar a pensar assim passamos a ter, não um orçamento municipal, mas um agregado de parcelas sectoriais em que teremos freguesias onde não haveria investimento quase nenhum; o que é legítimo que fique na freguesia são questões de alugueres, questões de cessão de exploração, que não têm nada que ver com os 2,5% de receita municipal.

Depois, juntaram-lhe um documento anexo em que, basicamente, vêm dizer que porque tem um serviço público que dissertar... o serviço público não dissertou nada sobre questões de natureza política, muito menos desculpabilização política... se alguém tem que se desculpar politicamente são os Senhores, não sou eu e muito menos eu pediria a um funcionário que me desculpasse. Depois, vem dizer que em lado algum os responsáveis políticos imputaram ilegalidades... tenho que perguntar ao Jornal “As Beiras” se há lá desmentidos de notícias. Também me pode dizer que o candidato Dr. José Moura não é responsável político do PSD e que o outro só falou em presumíveis...

Depois, que tem escassas informações... isso é mentira, tinha todas as informações em sua posse, o que foi à Assembleia Municipal e o protocolo de adiantamento, mais nada. Depois diz que ilegalidades não há mas que mantém a opinião da incompetência negocial... mas incompetência negocial de quê? Ainda não consegui perceber qual é

*06.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 30 de Março de 2006*

o negócio de que fala, ou qual era o possível negócio porque se chegar aqui uma empresa que licenciou a instalação de aerogeradores numa zona que estudou e licenciou no Ministério da Economia e apresenta os projectos de obras particulares, vou dizer-lhe que: “só licencia as obras particulares se negociarmos”? Eu não compreendo, ainda por cima quando estamos a estimular, a fomentar o investimento? Isto não faz sentido nenhum !!!

Diz que teme que a próxima intervenção da Câmara neste processo seja para subscrever novo protocolo... espero que sim, sabe porquê? É que se aparecer a possibilidade de, sem encargos para nós, adiantarmos mais alguma coisa... seria uma tolice, eu diria que seria um “crime de interesse público” termos capitais sobre os quais pagamos encargos financeiros e poderemos tê-los sem encargos e demitirmo-nos desse aproveitamento.

Questões programáticas em campanha não me preocupam nada, o tempo mostrará quem tinha programa e quem não tinha, quem fazia e quem não fazia... Acho que pela primeira vez fui confrontado, numa campanha, com jornais, na antevéspera das eleições, onde estavam escritas apenas mentiras, quando bastava ler duas cláusulas do protocolo... não ficaria de bem comigo próprio se não fizesse a denúncia pública de um conjunto de acusações à gestão municipal que assentaram, apenas e só, em mentiras escandalosas.”

O Senhor Vereador Dr. Carlos Páscoa referiu que: “Vossa Excelência não acaba de fazer uma denúncia pública, Vossa Excelência acaba de emitir a sua opinião sobre esta temática aproveitando de uma maneira perfeitamente imprevista, uma reunião de Câmara para a transformar numa sessão de esclarecimento, portanto, Vossa Excelência faz uma sessão de esclarecimento onde procura ditar aquilo que é a sua opinião sobre um tema, não cuidando de averiguar que outras partes, certamente sem colocar em causa a sua idoneidade, têm algo mais a acrescentar sobre este processo das eólicas.

O que eu acho é que ao balizar a sua intervenção com aquilo que foram as suas palavras na Tomada de Posse, em que os seus três compromissos básicos eram as mentiras escandalosas dos candidatos do PSD, que é um grande compromisso histórico para...”

O Senhor Presidente respondeu que: “na Tomada de Posse, entre outros, assumi três compromissos: um que a todos, certamente, deve unir, continuar o desenvolvimento do Concelho... e outros que não poderia deixar de assumir e que já aqui foram referidos. Não vamos alterar a ordem natural das coisas.”

*06.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 30 de Março de 2006*

O Senhor Vereador Dr. Carlos Páscoa continuou, dizendo: “ao usar da palavra na Tomada de Posse e dizendo que os seus três principais compromissos para o Concelho eram: continuar o desenvolvimento; auditoria urgente à Câmara Municipal de Soure; as mentiras escandalosas dos candidatos do PSD... Vossa Excelência preferiu começar de trás para a frente, deixa o desenvolvimento para último lugar, começa com as mentiras dos candidatos do PSD e depois passará, não sei, à auditoria?”

O desenvolvimento esperará o seu tempo porque a ordem, na sua perspectiva, é arbitrária. Pois eu devo dizer-lhe que: aquilo que assistimos neste processo das eólicas é uma situação absolutamente estranha, É verdade, assumidamente verdade, que nenhum candidato com responsabilidade, nomeadamente eu próprio, disse em lado algum que havia ilegalidades, eu reafirmo isso usando a documentação de que Vossa Excelência está munida, recortes de jornal, e verificará, certamente, que em lado algum o candidato Carlos Páscoa utilizou expressões dessa natureza em relação a si. O que eu queria dizer-lhe é que se não viu nenhum desmentido do candidato Carlos Páscoa em relação a essas matérias também não vi nenhum desmentido do candidato João Gouveia em relação a essas matérias, a única coisa que Vossa Excelência sabia dizer naquela altura, se bem me lembro e em qualquer debate, era que não havia protocolo algum... então em lado algum eu vi, da parte do candidato João Gouveia, qualquer desmentido em relação às afirmações que ia produzindo, mas reitero aquilo que disse, o PSD tomou posição sobre esta matéria. Confesso que a intervenção de Vossa Excelência, quase que diria que foi um pouco fastidiosa porque falou muito tempo mas, deixe-me ser muito mais sintético, eu acho que Vossa Excelência teve alguma dificuldade em dizer quem é mentiroso, era o candidato, depois era o PSD... Senhor Presidente, desculpe, nem passarei à fase seguinte desta intervenção, não lhe admito que me chame mentiroso e peço-lhe que prove que algumas das minhas afirmações são mentirosas, peço-lhe que prove... é grave o que está a dizer.

A segunda situação é a seguinte: é verdade que as Câmaras Municipais não negociam com as empresas eólicas? É óbvio que as Câmaras Municipais não têm, como principal atributos, chamar a uma mesa de negociações uma empresa eólica e dizer vamos negociar isto ou aquilo... não, isso está tudo regulamentado em lei, agora, nenhuma Câmara Municipal negocia projectos desta natureza sem introduzir, além dos 2,5%, algumas mais valias para o desenvolvimento do seu Concelho, nenhuma Câmara Municipal e eu tenho provas disso também. E digo-lhe mais, não fica bem ser a empresa eólica a ir junto da Capelania ver se fazem um arranjo na Capela ou se faz

*06.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 30 de Março de 2006*

isto ou aquilo, não é assim que as coisas se fazem, deve é ficar contratualizado às claras aquilo que a lei obriga e aquilo que a empresa que detém o parque eólico entende de sua justiça e em articulação com o poder político, arranjar mais valias em termos de desenvolvimento para uma determinada freguesia de determinado Concelho.

Volto a dizer que não sou mentiroso, todas as expressões que utilizei mantenho-as hoje, se Vossa Excelência tem algum problema contra o PSD, o PSD certamente, em sede própria, poderá responder em relação a às coisas que disse. Vossa Excelência conhece bem o PSD, muito bem mesmo, e saberá que terá resposta certa no momento certo, agora, eu fui candidato e respondo por mim.

A Câmara Municipal não é proprietária de terrenos, é bom de ver e se o acordo foi feito entre a empresa eólica e os proprietários dos terrenos, certamente, ficaria mal a Câmara Municipal intrometer-se nesse tipo de negociação mas poderia fazer de outra forma, outras Câmaras Municipais tiveram outro tipo de procedimento; outras Câmaras Municipais expropriaram os terrenos e puderam ter outro tipo de mais valias em termos de negociações com as empresas eólicas mas, no caso concreto da zona serrana, há baldios e aquilo que se nos afigura - e essas respostas vamos tê-las a muito curto prazo e vamos trazê-las também para seu esclarecimento na próxima reunião -, é que a Junta de Freguesia, por aquilo que nos comunicou, portou-se como um vulgar cidadão que negocia os metros quadrados para colocar uma antena parabólica... não é assim que as coisas se fazem, há um bem público que tem que ser defendido, acima de tudo.

O que lhe quero dizer, Senhor Presidente, é que grande parte das expressões que utilizou, dizendo eu há pouco e reitero, querendo vencer-nos pelo cansaço, foram sofismas daquilo que é o fulcro desta questão. Em lado nenhum se diz que Vossa Excelência, que a Câmara Municipal cometeram ilegalidades; candidatos do PSD, eu próprio, o que digo é que este processo não foi negociado da maneira como uma Câmara gerida por mim seria, isso não tenha a mínima dúvida.

Devo dizer-lhe também que a Câmara Municipal teve uma grande preocupação, que foi antecipar o pagamento à empresa eólica... um facto é que o dinheiro entrou na conta da Câmara, quer melhor facto do que este? A três meses das eleições... foi um bom acto de gestão política dos tempos políticos, mas os meus tempos são os meus tempos e se me permite, são também de denúncia desse tipo de situações...”

O Senhor Presidente referiu que: “o assunto foi à reunião de Câmara a 23 de Maio e foi aprovado por unanimidade; foi à Assembleia Municipal de Junho, onde o Senhor Vereador apressou até o terminus do chamado período de Informação

*06.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 30 de Março de 2006*

Escrita e onde não fez uma abordagem sobre esse assunto... o Senhor Vereador está lembrado das afirmações que tinha feito sobre a Zona Industrial ???...

Senhor Vereador, vou interrompê-lo por uma razão muito simples, o Senhor conhece o documento onde eu digo “considerando as acusações feitas à gestão municipal...” vou-lhe apenas pedir que diga... se não tem que me ouvir, retire-se... e retiraremos daí as nossas ilações... não há discurso nenhum, o Senhor Vereador é confrontado com três denúncias concretas de acusações mentirosas à gestão municipal, o Senhor Vereador, ou quem está na fotografia consigo... eu a desviar a conversa? O Senhor Vereador mentiu porque acusou, por interposta pessoa, a Câmara Municipal, no dia 7 de Março antevéspera de eleições... Mantenho a acusação de que os jornais propagaram as acusações assentes em mentiras, e divulgaram com pouca expressão, por exemplo, na apresentação... o Senhor nunca quê?... O Senhor Vereador faz política exclusivamente para a notícia do jornal... é tão simples quanto isto. Eu estou calmissimo, quero é que, de uma vez por todas, me diga apenas isto: o Senhor Vereador acusou-nos ou não de ilegalidades? Já vimos que não e eu digo-lhe que mentiu outra vez porque, de facto, acusou, está no jornal. O Senhor Vereador está numa notícia de jornal que acusa a gestão de ter feito contratos de cedência de bens públicos sem qualquer contrato, o Senhor não nega, agora diz que não acusou... moral da história, afinal isto é tudo mentira !!! Afinal, a única diferença é que, se porventura, o Senhor Vereador fosse o gestor desta Câmara Municipal teria feito de outra maneira; se calhar, chegava aos privados, expropriava-lhes os terrenos e depois ia o Senhor Vereador alugá-los, ou então, chegava junto das empresas... são estilos diferentes !!! Somos completamente diferentes, sabe porquê? Eu não sou um autarca de negócios... o Senhor tem que me ouvir porque é membro da Câmara Municipal... eu retiro-lhe a palavra para que se cinja aos factos e os factos são estes, eu quero que o Senhor comente as notícias...”

O Senhor Vereador Dr. Carlos Páscoa interveio, dizendo: “o Senhor Presidente está a dizer o que é que eu devo ou não dizer?”

O Senhor Presidente continuou, dizendo: “este assunto veio à reunião de Câmara apenas e só para isto... e vou acabar com a discussão. É um bom exemplo, o Senhor Vereador, pura e simplesmente, não desmente nada do que disse, ou seja, o Senhor Vereador acusa de que há contrato e não há contrato e acusa de ilegalidades e não há ilegalidades, portanto, a conclusão é muito simples: o Senhor Vereador não acredita naquilo que foram as notícias e refugia-se nisto: “eu nunca, foi o PSD

*06.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 30 de Março de 2006*

e o PSD responderá”. Mas é engraçado, quem está na fotografia é o Senhor Vereador!

Sem desmentir isto, sem desmentir o desdobrável, todas as acusações de que o que foi dito sobre a gestão municipal assentou em mentiras, é verdade e não sou eu que o digo, são os factos que o comprovam e o Senhor Vereador não desmente nenhum dos factos que eu lhe estou a atribuir...”

O Senhor Vereador Dr. Carlos Páscoa referiu que: “retomando a minha intervenção e pedindo-lhe, encarecidamente, para não se exaltar porque exaltando-se perde a dignidade das funções que ocupa de Presidente de Câmara e não fica bem um Presidente de Câmara interromper um Vereador que está a usar da palavra, depois dele próprio ter falado durante uma hora, para retomar um discurso fastidioso e entorpecente, quer dizer, o que Vossa Excelência quer é que eu adormeça com o que diz, mas eu estou bem vivo e se me permitisse iria terminar.

Em todo este processo, Vossa Excelência conseguiu o que queria, os 250.000,00 euros para a Câmara Municipal na altura...”

O Senhor Presidente interveio, dizendo: “o Senhor Vereador está a brincar? Então o Senhor acha que o que está em causa é um protocolo de adiantamento de 250.000,00 euros, uma actuação absolutamente normal ??? Consegui o que queria ??? Então acha que uma Câmara Municipal que licencia obras particulares e que faz o que qualquer Câmara Municipal faz, levando à reunião de Câmara e à Assembleia Municipal e o Senhor Vereador não abre a boca sobre essa matéria porque não estuda e não lê os documentos, e está a dizer, a transformar um conjunto de acusações à gestão assentes em mentiras... que nós queríamos, e o Senhor Vereador na altura também queria era estimular/garantir que investimentos exemplares em energias renováveis viessem, como vieram, para o Concelho. Os 250.000,00 euros é uma questão lateral e instrumental.

Vamos usar de seriedade na discussão.”

O Senhor Vereador Dr. Carlos Páscoa continuou, dizendo: “eu não sei como é que hei-de continuar esta discussão... sou interrompido pelo Presidente da Câmara que, utilizando do seu papel de condutor da reunião, interrompe a qualquer momento um Vereador que usa democraticamente da palavra... estou chocado com esta situação...”



*06.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 30 de Março de 2006*

O Senhor Presidente interveio, dizendo: “quer desmentir alguma coisa? Quer apresentar alguns factos contraditórios dos factos que aqui foram evocados? Quer apresentar desmentidos das notícias de jornal? Quer desculpabilizar-se por aquilo que está escrito no desdobrável eleitoral?”

O Senhor Vereador Dr. Carlos Páscoa continuou, dizendo: “essa técnica é uma técnica antiga.

Eu não sou mentiroso, se há aqui algum mentiroso é Vossa Excelência só pelo facto de não lhe admitir que me chame mentiroso...

Para terminar, devo dizer que prevejo, no curto prazo, um novo adiamento, é evidente que é isso que vai acontecer. Devo dizer-lhe que para o esclarecimento deste processo esperamos, arduamente, ardentemente e com a maior brevidade possível, o esclarecimento da Junta de Freguesia de Degracias sobre a condução que a Câmara Municipal deu a todo este processo. Na próxima reunião de Câmara iremos esclarecer, mesmo em contas, as coisas não são como Vossa Excelência diz... as contas que são tidas em linha de conta para averiguar da boa ou má postura de serviços públicos, de departamentos públicos e, neste caso, de entidades públicas na negociação de coisas desta natureza... eu acabo esta reunião por aqui, nunca mais vou pactuar consigo... nesta coisa porque... mas se Vossa Excelência não tem comportamento... eu não tenho que lhe responder...

Nós colocámos um conjunto de questões à Junta de Freguesia de Degracias, relacionadas com este tema de que vamos dar conhecimento público na próxima reunião de Câmara.”

O Senhor Presidente referiu que: “acha que tem tutela sobre a Junta de Freguesia?”

O Senhor Vereador Dr. Carlos Páscoa respondeu, dizendo: “de maneira nenhuma, Vossa Excelência também queria ter e as coisas correram-lhe mal nesse aspecto... as pessoas souberam, apreciaram bastante este processo da zona serrana.

Vou terminar dizendo que e que isto fique em acta, a única coisa que eu disse sobre esta matéria, e Vossa Excelência chamou-me mentiroso, é que o candidato à Câmara, Carlos Páscoa, encerrou a sessão de esclarecimento com alguns recados ao seu principal adversário: Carlos Páscoa admitiu que não iria mais falar do assunto do Parque Eólico mas exigiu que outros o façam, Vossa Excelência nunca o fez; no entender do candidato, o mau negócio prejudica todo o Concelho; Carlos Páscoa abordou ainda mais três temas. Isto foi o que eu disse e isto vai ser provado e espero que Vossa Excelência depois tenha a dignidade democrática de dizer que se

*06.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 30 de Março de 2006*

enganou e que me chamou mentiroso... quais são os factos que me chamam mentiroso?

A segunda intervenção que eu fiz foi segundo Carlos Páscoa, o seu adversário acusou-o, num debate radiofónico, de mentiroso e negou a existência de qualquer tipo de protocolo... o Social Democrata decidiu divulgar as provas de veracidade das suas palavras e apresentou um documento onde são visíveis três assinaturas, uma do autarca e as outras duas dos representantes da eólica e não disse mais nada...”

O Senhor Presidente interveio, dizendo: “no título diz que é um protocolo de exploração... e onde é que está a exploração no protocolo? Leia o resto da notícia do Dr. José Moura... esta discussão não é fácil, para si, reconheço...”

O Senhor Vereador Dr. Carlos Páscoa continuou, dizendo: “Vossa Excelência para suportar juridicamente as suas posições encomenda isso aos serviços da Câmara... os serviços da Câmara Municipal de Soure sobre esta matéria, infelizmente ou não, têm trabalhado a seu pedido para tentar testemunhar ou ajuizar a sua boa conduta sobre este problema. Eu discordo, acho que os serviços da Câmara têm mais que fazer...”

O Senhor Presidente respondeu, dizendo: “o jurista da Câmara Municipal não está ao meu serviço; o meu despacho diz que os munícipes têm direito a saber se as acusações feitas à gestão municipal eram verdade ou mentira... ao contrário do que o Senhor Vereador diz, estou preocupado com o desenvolvimento...”

O Concelho está a desenvolver-se como esteve e continuará. Há uma coisa de que tenho a certeza... não desvie... o problema é que a mentira não pode passar impune. O Senhor Director de Serviços não está ao meu serviço, fez uma informação absolutamente sustentada em factos e sem qualquer interferência da minha parte.

O Senhor Vereador queria o quê? É que o Senhor não me acusou, acusou a gestão municipal e a gestão municipal diz aos munícipes “não cedemos terrenos públicos, não efectuámos nenhum contrato, não temos ilegalidades”. O Senhor Vereador agora vem dizer que não nos acusou de nada disso... estamos esclarecidos.

De uma coisa temos a certeza, não vai provar rigorosamente aquilo que, enquanto eu for Presidente de Câmara, não há. A Câmara Municipal trata da maximização do bem estar social e não gosto da palavra negócio em gestão autárquica embora perceba que ela faz parte da sua terminologia autarca mas isso são questões de

*06.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 30 de Março de 2006*

estilo e cada um tem o seu. Nós empenhámo-nos na captação do investimento, ele está lá; esse investimento teve um licenciamento do Ministério da Economia, tem o licenciamento de obras particulares; houve candidatos que mentiram, mentiram e mentiram e agora dizem que não disseram nada do que está no jornal e lhes foi atribuído... já percebi que afinal o Senhor Vereador só estava na fotografia, o senhor não concordava com nada do que estava na notícia, pelo contrário...

Meus Senhores, foi uma larguíssima discussão, mais do que esclarecedora...

Eu interrompo quando as pessoas desviam e quando estão a tratar de tudo menos do que está a ser discutido.

Dou-lhe os meus parabéns porque o Senhor Vereador numa situação extremamente difícil como a de ser confrontado com mentiras evidentes, conseguiu, basicamente, dar a volta... eu disse que confrontado com mentiras evidentes em notícias publicadas nos jornais, agora, se o Senhor Vereador diz que nada lhe pode ser imputado a si porque nunca usou essa expressão... eu até presumo que deva ter sido só para tirar a fotografia...

Senhor Vereador, eu posso aceitar que o Senhor diga que nunca disse isso mas o Senhor tem que admitir que aparece em notícias onde isso é dito e está escrito. Ficamos a saber que o Vereador Carlos Páscoa não disse nada daquilo que veio na notícia, foram os que estavam ao lado dele..."

O Senhor Vereador Dr. Carlos Páscoa referiu que: "eu quero que o Senhor Presidente diga que eu não sou mentiroso..."

O Senhor Presidente respondeu, dizendo: "não tenho, neste momento, razões nem motivos para ter a certeza absoluta que o que está nas notícias nada teve que ver consigo porque o Senhor Vereador está na fotografia... na antevéspera das eleições aparece "Carlos Páscoa mostra contrato". O Senhor Vereador, o que tem é um Protocolo de Adiantamento, não tem contrato nenhum de exploração, portanto, o Senhor Vereador está a mentir...

Não tenho motivos para, neste momento, poder fazer-lhe a vontade nesta matéria..."

*Foi tomado conhecimento. -----*

**Ponto 10. DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO**

**. ASSOCIAÇÃO DE BENEFICIÁRIOS DA OBRA DE FOMENTO HIDROAGRÍCOLA  
DO BAIXO MONDEGO – APOIO**

*06.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 30 de Março de 2006*

O Senhor Presidente referiu que: “A Associação de Beneficiários da Obra de Fomento Hidroagrícola do Baixo Mondego, em Abril 2005, colocou à Câmara Municipal a seguinte questão: havia problemas de falta de água para rega na campanha agrícola, por parte dos Agricultores do Vale do Arunca; nessa altura, a Câmara Municipal reuniu com os Agricultores procurando evitar que a falta de água afectasse a agricultura, nomeadamente, a de pequena propriedade, a agricultura de subsistência e que a água do rio não provocasse a morte de muitos peixes, o que seria um problema ambiental. A Câmara prestou vários apoios que foram divulgados: mandando reparar algumas infra-estruturas - as comportas do açude de Vila Nova de Anços -, limpeza da vala de ligação do rio e investiu na colocação de energia eléctrica junto ao açude de Vila Nova de Anços e do Casal do Redinho. Na sequência destes apoios, a Associação do Baixo Mondego agradeceu o apoio dado... este ano vem solicitar-nos: “*que a baixada eléctrica junto à ponte de Vila Nova de Anços, que deverá ser passada para a margem esquerda; realização de um aqueduto na curva da estrada da Gesteira, de forma a ligar a vala vertente a norte com a vala que vai abrir a sul; e o levantamento topográfico de algumas valas...*”. Assim, dou conhecimento que também este ano, a exemplo do ano passado, estamos a actuar por administração directa, solicitando algumas intervenções junto da E.D.P., em termos de preparação para o próximo Verão e estando numa perspectiva de colaboração com os Agricultores do Vale do Arunca em termos de lhes atenuar as dificuldades, eventualmente, resultantes de um período onde a falta de água se faz sentir e, ao mesmo tempo, com preocupações de natureza ambiental.”

*Foi tomado conhecimento.* -----

**Ponto 11. A17/IC1 - AUTO-ESTRADA MARINHA GRANDE/MIRA LANÇO LOURIÇAL/QUIAIOS  
. Acompanhamento Público do Projecto**

O Senhor Presidente referiu que: “na última reunião ficou decidido enviar, ao Senhor Presidente do Instituto do Ambiente, cópia do parecer aprovado com a discordância pela não inclusão do novo Nó da A17/IC1. Portanto, aquilo que aprovámos na última reunião traduz a nossa posição articulada com as Câmaras Municipais de Montemor-o-Velho e da Figueira da Foz.”

*Foi tomado conhecimento.* -----

*06.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 30 de Março de 2006*

**Ponto 12. QUEIMA DAS FITAS //2006**

O Senhor Presidente referiu que: “tem sido uma prática habitual da Câmara Municipal, todos os anos, por esta altura, receber diversos pedidos por parte dos estudantes universitários oriundos do Concelho para apoio à sua participação na Queima das Fitas, correspondente a um oitavo de página de publicidade relativa ao Concelho de Soure. Assim, aquilo que eu proponho é que se aprove este apoio tradicional.”

*Deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada pelo Senhor Presidente. -----*

**Ponto 13. MINISTÉRIO DAS FINANÇAS - CUMPRIMENTO DO DEVER DE INFORMAÇÃO**

O Senhor Presidente referiu que: “dar nota de que tudo aquilo que são as obrigações no que diz respeito à Informação Orçamental, Dívida Pública e Informação ao Endividamento, aquilo que nos cabia por lei, está absolutamente tudo entregue, conforme comprova o ofício enviado pelo próprio Ministério das Finanças - Direcção Geral do Orçamento.”

*Foi tomado conhecimento. -----*

**Ponto 14. IGAT**

**. Inspecção ao Município de Soure**

O Senhor Presidente referiu que: “deu entrada na Câmara em 15.03.2006, um ofício em que nos é transmitido que, não obstante a nossa insistência, inexistindo matéria de facto, que mantêm, não terem razão para a realização de uma auditoria de natureza excepcional. Quer isto dizer o seguinte: que deveremos insistir no sentido de que ela tenha carácter ordinário no próximo ano, sobe pena de termos que reavaliar a situação... não porque sinta necessidade dela, mas porque não quero minimamente que se possa sequer admitir a possibilidade de que esteja de alguma forma a afastar a possibilidade da sua realização. Que fique claro, como devem imaginar, por razões óbvias, eu gostaria de uma auditoria ontem, por uma razão: porque tudo o que ajude à melhoria de procedimentos até dá jeito e é de borla; por outro lado, porque em definitivo, nada, mesmo nada, apontará para qualquer

*06.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 30 de Março de 2006*

situação de proveito próprio ou dessa natureza, e porque é um compromisso político.”

*Foi tomado conhecimento. -----*

**Ponto 15. GRANDES OPÇÕES DO PLANO - PPI E AMR - E ORÇAMENTO // 2006  
. Apreciação de Propostas de Alteração - 2.ª/2.ª -.**

O Senhor Presidente referiu que: “estamos a falar de uma alteração de 1% ao Plano e 0,9% ao Orçamento, onde nenhuma acção e/ou investimento são abandonados. Tratam-se apenas de ajustes necessários propostos pelos serviços.”

*Deliberado, por maioria, com quatro (4) votos a favor e três (3) abstenções, aprovar as propostas de alteração - 2.ª /2.ª -.*-----

**PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**

Interveio o Munícipe Senhor Augusto José Botelho de Sá dizendo: “a minha presença prende-se com várias situações levantadas por mim, outras pela Câmara Municipal, todas na mesma urbanização, nomeadamente um, dois, cinco e treze.

O lote número cinco pertence-me e foi-me levantado, pela Câmara Municipal, um processo de contra-ordenação por ter feito obras sem licença, obras essas efectuadas há muitos anos e que assumi, não tinha nada a esconder, mas que foram feitas dentro do meu lote.

Outra situação é a legalização dessas obras. Os processos arrastam-se há meses e não recebemos informação nenhuma, inclusivamente, metemos requerimentos à Câmara Municipal e esta nem responde...

Outra situação idêntica, é no lote número treze prende-se com obras sem licença terreno a mais.

Quanto aos lotes um e dois, em tempos remeti um requerimento à Câmara Municipal para me informar acerca da construção dos mesmos. A Câmara informou-me que o lote número um estava embargado mas não me disse nada em relação ao lote número dois.

Foi lá aberto um furo de captação de água e também gostava de saber o que é que esta Câmara pretende fazer com o mesmo. Foi feito em terreno da Câmara, pelo proprietário do lote número um. Penso que à meses que estas coisas se estão a passar e não há informações nenhuma, inclusivamente, fui obrigado a participar ao

*06.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 30 de Março de 2006*

Tribunal uma situação porque a Câmara não me respondeu, faço requerimentos, tenho-os lá, e a Câmara não responde.”

O Senhor Presidente respondeu, dizendo: “estas questões têm aspectos em que são recorrentes, repetidas.

Quanto aos lotes um, dois e cinco, não me sentindo particularmente à vontade para falar, porque são questões ligadas aos serviços urbanísticos e jurídicos, tendo uma série de situações que estão adstritas e que, mesmo assim, a Direcção de Departamento tem respondido em tempo útil. É a informação de que disponho. De qualquer forma, estamos perfeitamente à vontade para, numa próxima reunião de Câmara, o Director de Departamento fazer a apresentação, na presença do Município e demais Vereadores, dos requerimentos que entregou sobre estes assuntos e das respostas que foram ou não dadas.

Quanto à questão do lote treze, não posso deixar de responder porque é o “meu” lote. Já na Assembleia Municipal de Junho do ano passado, o Senhor Município fez essas duas acusações e eu respondi que ficavam relevadas em acta; respondi que a pequena intervenção, isenta de licenciamento municipal, não tinha tido comunicação prévia e que foi despoletada a contra-ordenação correspondente... que, em matéria de áreas, naquele loteamento, há uma tripla discrepância: há as áreas que constam no processo, aquando da aprovação do loteamento em 1983, com a área para cada lote; há áreas diferentes que são as que constam da escritura de cada lote e há as áreas de ocupação. Quando adquiri o lote, com projecto aprovado e demarcado, ainda não era sequer Presidente da Câmara. Houve muita gente que aproveitando o período conturbado e escudando-se no anonimato, fez as queixas mais ignóbeis que se possa imaginar, mas ao Senhor Município dou-lhe os parabéns porque deu a cara e fez uma queixa personalizada e o Ministério Público já lhe respondeu que o processo foi arquivado sem lugar a qualquer recurso. Portanto, liminarmente se comprovou que nada, mas nada mesmo, me é imputável. Mais do que a própria Câmara, foi o Ministério Público que, perante duas denúncias concretas, entendeu receber todos os elementos necessários e suficientes e produziu, em sete dias, um despacho de arquivamento liminar.

Quanto ao furo de captação de água, sinceramente, não sei do que estamos a falar...”

O Senhor Augusto José Botelho de Sá referiu que: “foi feito um furo de captação de água no lote número um, no terreno da Câmara, pela proprietária do respectivo lote. A Câmara tem conhecimento disso.

*06.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 30 de Março de 2006*

Quanto à exposição que o Senhor Presidente fez, realmente o Ministério Público mandou arquivar o processo porque entende que não há crime mas reconhece que o Senhor Presidente ocupou uma área de 124 m<sup>2</sup> a mais, tenho lá o despacho; em matéria de crime, o Ministério Público atribui que não há crime porque o Senhor Presidente comprou um lote de terreno com uma planta que estava já demarcado, mas reconhece que existem 124 m<sup>2</sup> a mais e “empurra” a resolução desse problema para a Câmara porque isso é um problema que a Câmara ainda vai ter que resolver. Portanto, não ponha poeira para os olhos porque as coisas são definidas, o Senhor Presidente tem documentos em que comprou com uma determinada área e, se formos medir o terreno, tem outra.

Quanto ao furo, penso que os serviços desta Câmara têm conhecimento disso. Eu nunca levantei esse problema, mas agora gostava de saber o que é que a Câmara vai fazer em relação a isso. Estarei presente na próxima reunião para ser informado dos outros processos.”

O Senhor Presidente continuou dizendo: “não vale a pena estarmos com qualquer tipo de subterfúgio, aquele loteamento foi aprovado em 1983 e junto à planta há um Quadro Discriminativo que tem, lote a lote, a área... por exemplo, no lote que adquiri, com projecto aprovado e demarcado estão lá 626 m<sup>2</sup> indicados. Em todo esse loteamento, a área está no quadro discriminativo como foi aprovado em 1983; as áreas que constam da escritura por que foi contratualizado cada lote são diferentes e as áreas extremadas, marcadas pelos serviços da Câmara em 1991 - porque temos uma planta de 1992 com todas essas marcações -, ainda têm uma área diferente. Nunca estive em causa que naquele loteamento haja um conjunto de lotes cuja área seja diferente da área que consta do Quadro Discriminativo quando aprovaram o loteamento e diferente da área que consta da escritura de aquisição de cada lote.... o que está em causa é que quando o cidadão João Gouveia adquiriu o lote, ainda nem Presidente de Câmara era, tinha projecto aprovado e área demarcada, como se calhar o Senhor e os outros... agora, a Câmara Municipal terá é que, certamente, ser capaz de explicar historicamente porque é que em 1983 aprovou determinadas áreas, depois foram sempre feitas escrituras, lote a lote, por áreas diferentes e no início da década de 90 foram aprovados projectos com as respectivas demarcações não coincidentes com isso.

Penso que é uma realidade de todos conhecida, todos os que moram ali têm consciência de que assim é e julgo que o facto de tentar tratar o meu caso como se de um caso individual de abuso se tratasse... a Câmara Municipal continua absolutamente disponível para avaliar como é que isso foi possível ainda que seja



*06.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 30 de Março de 2006*

uma situação, do meu ponto de vista, muito complexa porque todas as pessoas que ali compraram lotes, com projecto aprovado e que tiverem as extremas marcadas, mesmo que tenha sido uma Câmara não presidida por mim, um Presidente de Câmara, um órgão colegial, tem que assumir as deliberações dos anteriores. Se houver erros, terá que os corrigir nos termos da lei, a mim cabe-me mandar avaliar a situação e é o que os serviços estão a fazer, apesar da complexidade do processo... agora, não vamos é pensar que isto é uma questão do lote treze !!! Não tenho nada a esconder, aquilo que eu disse é factual, é documentalmente sustentado, portanto, sobre o lote treze, penso que não há mais nada a adiantar.

Quanto à questão dos outros lotes, cuidarei de avaliar o tipo de respostas, caso a caso, que o Departamento de Obras e Urbanismo está a dar sendo certo que há matérias que cabem à Câmara avaliar e responder e há outras de conflitualidade, em termos de vizinhança, que não é a Câmara a instituição com competência legal para o fazer. O que lhe posso garantir é que o Departamento de Obras e Urbanismo procura garantir a aplicação, por igual, da legislação e da ambiência legal vigente.

Quanto ao furo, estou a saber agora que há um furo mas é evidente que numa próxima reunião de Câmara providenciarei para que sejam dadas, ao Senhor Município e àqueles que quiserem assistir, as explicações sobre as questões pendentes em termos de requerimentos que fez entrar, sobre matérias apenas a estes lotes e também, naturalmente, sobre esta questão.”

O Senhor Augusto José Botelho de Sá referiu que: “só queria acrescentar que o Senhor Presidente pode-se defender da maneira que entender. Existe um processo de contra-ordenação na Câmara contra o Senhor Presidente; o Senhor fez obras, foram os próprios serviços da Câmara que disseram que o Senhor iria ter o mesmo procedimento que eu, como qualquer Município, porque fez obras sem licença, essas obras foram feitas antes de sair uma situação em que se podia fazer obras com um simples requerimento, o Senhor Presidente fez essas obras antes e eu posso provar isso.

Relativamente à situação que despoletou, de que esta Câmara assume as coisas que os outros Presidentes fizeram, eu não compreendo essa situação. Eu fiz a minha casa há vinte anos e na altura em que foi feita estava presente um topógrafo da Câmara, como empreiteiros e pedreiros; eu fiz o desaterro nas marcações que existiam e a EDP procurou pôr os postes de iluminação nas próprias extremas. Esta Câmara vem-me agora dizer, passados vinte anos, que eu construí parte da minha casa em cima do lote número quatro. Por aquilo que estou a ver, e tenho lá as cartas que o afirmam, só o lote um e dois, que foram feitos agora, é que estão

*06.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 30 de Março de 2006*

bem porque o cinco está mal, então, se o cinco está mal, o seis, o sete, o oito..., se o lote número cinco foi construído em cima do quatro, o sete foi construído em cima do seis e assim sucessivamente, então está tudo mal. Eu apresentei um projecto para legalização, esta Câmara exigiu-me determinadas coisas que eu dei e depois diz que não me aprova porque parte da minha construção está em cima do lote número quatro, uma coisa que foi aprovada por esta Câmara há vinte anos. Como é que é possível?”

O Senhor Presidente respondeu, dizendo: “duas questões distintas... porventura, se se chegar à conclusão que houve desigual avaliação jurídica, como está a dizer, por parte dos meus serviços porque... veja se entende, eu e os vereadores que acompanham directamente as obras particulares subscrevemos tudo o que sejam informações técnicas de engenharia e jurídicas sustentadas, o que não quer dizer que não façamos a avaliação pessoal directa. Estou com isto a dizer que, no seu caso ou outro qualquer, em circunstância alguma, me foi evidenciado que houve uma deficiente avaliação dos serviços. Compreendo a exposição que faz mas também tem que entender que eu não posso apenas dar como facto consumado aquilo que é a sua exposição, não posso considerar de forma tão linear que os meus serviços trataram um lote de uma maneira e outro doutra e que estão a tratar o seu de forma diferente. Se entende que assim está a ser, tem legitimidade para isso como eu tenho legitimidade para confiar nos serviços e cuidar de pedir para que estes me expliquem melhor como é que tal é possível, se é que tal é possível.

Depois, tenho que lhe responder, outra vez, porque voltou a pegar numa questão que me diz respeito e sobre tudo o que me diz respeito eu “estou numa onda” que é justificar até ao pormenor... quando o Senhor Município diz que na casa que ainda é juridicamente minha, foram feitas obras, e o que eu disse na Assembleia Municipal de Junho de 2005 foi que, na sequência de um processo de divórcio que ocorreu em 19 de Janeiro de 2005, acertei no contrato de partilha apenso ao divórcio... o Senhor está a entrar por um caminho inqualificável... documento assinado por mim e pela minha ex-esposa, que a casa fica para as filhas. De maneira que o que eu disse, e mantenho, é que essa casa é património que, nos termos do divórcio acordado em 19 de Janeiro, deixa de o ser. Se o processo, em termos de tramitação, está em curso, é outra questão mas eu assumo todas as responsabilidades, o que não lhe admito é que diga que menti. Quanto à questão das obras, mais uma vez, que fique claro o seguinte: trata-se de uma avenida que teve uma intervenção em termos de iluminação subterrânea, calçada e lancil e aquilo que foi feito, num período em que eu nem estava cá mas que assumo na

*06.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 30 de Março de 2006*

íntegra, foi uma pequena intervenção isenta de licenciamento, como está escrito em todo o lado. Que intervenção foi essa? Foi tirar o corrimão, subir dois blocos e meter o mesmo corrimão para repor a altura que existia antes da colocação do lancil e da calçada. Esta é uma intervenção isenta de licenciamento, nos termos da lei... carece de comunicação prévia; os meus familiares não a fizeram... eu confirmei que a tinha feito e, naturalmente, foi accionado o correspondente processo de contra-ordenação. Disse aos Múncipes do Concelho de Soure: “não estejam preocupados porque nas pequenas intervenções desta natureza, quando não são acompanhadas, até por desconhecimento, da comunicação prévia prevista na lei, não haverá qualquer caça às bruxas”... mas, de mim, exijo tudo até à vírgula. Deixe que lhe diga que esta matéria foi avaliada numa sede sobre a qual o Senhor Múncipe se permitiu fazer considerações prévias que não se vieram a confirmar. Estamos esclarecidos, isso é matéria irrelevante sobre as duas acusações que me fez, já toda a gente tinha percebido na Assembleia Municipal e voltámos a perceber agora; o Ministério Público já lhe respondeu e a Câmara Municipal, naquilo que tiver que responder, responder-lhe-á juridicamente com base em informações técnicas de engenharia e das áreas jurídicas, com todo o respeito que eu tenho pela sua interpretação dos factos.”

O Senhor Augusto José Botelho de Sá perguntou: “desde quando é que é essa isenção?”

O Senhor Presidente respondeu, dizendo: “eu não tenho que lhe dar aqui quaisquer respostas de natureza jurídica, respostas que os serviços jurídicos da Câmara já deram por escrito quando responderam à sua exposição, e deu-lhe resposta também sobre essa matéria, o próprio Delegado do Ministério.”

O Senhor Augusto José Botelho de Sá referiu que: “eu não participei do Senhor Presidente em relação a obras, só participei em relação aos metros a mais.”

O Senhor Presidente respondeu, dizendo: “não é verdade. Eu facultarei cópia aos Vereadores do despacho do Delegado do Ministério Público.”

O Senhor Augusto José Botelho de Sá continuou dizendo: “tenho um documento no Tribunal igual ao que entreguei nesta Câmara no qual levantei duas situações, mas só falei ao Senhor Procurador na questão dos metros a mais porque segundo o que me disseram os serviços da Câmara o Senhor iria ter um procedimento igual ao

*06.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 30 de Março de 2006*

meu, um processo de contra-ordenação. Tenho a carta da Câmara pelas obras efectuadas mas nunca me respondeu o que é que iria fazer quanto ao terreno a mais e foi só sobre isso que me queixei no Tribunal. O despacho é claro, o Senhor Procurador entende que não há matéria crime para agir contra o Senhor Presidente porque entende que o Senhor comprou já um lote com um projecto e com uma área demarcada, mas reconhece que existe terreno a mais e “empurra” esta Câmara para a solução do problema.”

O Senhor Presidente continuou dizendo: “o Senhor Delegado do Ministério Público diz, e vamos parar a discussão por aqui, na justificação do despacho de arquivamento, que o Senhor apresentou duas denúncias, que fez as diligências e que recolheu sustentação documental e passo a ler *“Augusto José Botelho de Sá apresentou denúncia contra João Eduardo Dias Madeira Gouveia porquanto em síntese e com eventual relevo jurídico ou criminal, primeiro, a questão das obras efectuadas na moradia denunciando, entretanto, constituído arguido dando de barato que não foram licenciadas, atempadamente comunicadas, revestem em abstracto um carácter tão somente contra-ordenacional, sendo a Câmara Municipal de Soure, a entidade administrativa competente para investigar e processar tal eventual ilícito..., ...o que de resto foi agilizado pelo despacho de 26.07.05... .. este último Presidente...”*

O resto é sobre a questão da área e sobre esta questão o que ele diz é que se comprova que há três áreas distintas em todo o loteamento, de acordo com os documentos que foram exibidos e que essa é uma questão que terá que ser, naturalmente, resolvida. Não é uma questão do lote treze, e não tenho que chegar a conclusão nenhuma, o que eu tenho que lhe dizer é que o Senhor veio colocar a questão à Assembleia Municipal, eu dei-lhe a resposta que estou a dar agora, fez a denúncia ao Ministério Público que produziu despacho de arquivamento e quanto ao resto, não vale a pena tentar criar uma situação “lote treze” que só existe na sua mente. O que há é uma questão do loteamento...”

O Senhor Augusto José Botelho de Sá referiu que: “não existe, nesta Câmara, processo de contra-ordenação contra o Senhor Presidente.”

O Senhor Presidente respondeu, dizendo: “existe, foi agilizado por despacho de 26.07.2005 e deve ter a coima habitual nesses casos...”

*06.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 30 de Março de 2006*

O Senhor Augusto José Botelho de Sá referiu que: “eu sei que o Senhor Presidente, em questão de coima, vai beneficiar porque fez as obras há bastante tempo, como eu e os outros. Em questão de coima está prescrito.”

O Senhor Presidente respondeu, dizendo: “em questão de coima, não sei se está prescrito pela simples razão de que, pelos vistos, o Senhor sabe mais de Direito do que eu. O Senhor vai ter oportunidade de consultar esse processo quando quiser, ou está convencido que é feito em Julho de 2005 um processo contra-ordenacional pela não comunicação prévia da realização de uma obra isenta... não sou eu que digo, está documentalmente comprovado.

Entendo que a matéria que trouxe está esgotada e retiro-lhe a palavra.”

O Senhor João Fernando Monteiro Pereira: “eu venho em representação de comerciantes da Rua dos Combatentes da Grande Guerra e em nome do meu pai, através de procuração.

Venho transmitir um determinado descontentamento referente àquela rua e passo a ler “*os comerciantes da Rua dos Combatentes da Grande Guerra congratulam-se com a retirada da maior parte do risco amarelo ali colocado no passeio, na via pública*”.

O Senhor Presidente, nas Eleições Autárquicas de 2005, aquando da sua candidatura, distribuiu um livro sobre o seu trabalho e da sua equipa em prol do Concelho e constatei no Plano de Urbanização e Urbanismo todo um trabalho bem elaborado pelas mais diversas freguesias bem como o apoio à Actividade Económica, Zona Industrial, Turismo, Feiras e Mercados, também na Rede Viária, Comunicações e Transportes e Sinalização Diversa e agora passo a citar, “*nestes últimos anos, muito mas muito foi feito, foram encontradas novas soluções para novos e múltiplos problemas, por isso com o apoio, o empenho e a vontade de todos... juntos, vamos continuar !!!*”... Pois bem, nessa mesma rua existe um traço branco contínuo no meio da via que vai desde o Banco Millennium ali existente até à entrada da serventia de três moradores obrigando-os, diariamente, a cometer infracções transpondo-a para terem acesso à dita serventia, e passo a enunciar o nome dos mesmos: Senhor Jorge, Senhor Mota e Senhor Anatólio.

Também é do vosso conhecimento que fizemos chegar à Câmara Municipal uma carta com a assinatura dos comerciantes aí sediados e pensamos ser possível ir um pouco mais além, portanto, não compreendemos porque é que os autocarros continuam a atravessar a Vila se estão só de passagem e têm a variante. Na qualidade de residente e comerciante da Rua Combatentes da Grande Guerra, sugerimos a alteração do plano rodoviário aí existente que passa por existir sentido

*06.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 30 de Março de 2006*

único na rua de forma a minorizar tanto os prejuízos decorrentes das diversas alterações que já foram introduzidas, tais como: deslocalização da paragem dos autocarros existente nessa mesma rua; deslocalização do hospital e deslocalização do liceu bem como a sinalização imposta na própria rua. Os transtornos causados, tanto aos utentes dos estabelecimentos para com os agentes da autoridade e a falta de apuros por parte de comerciantes estão a causar sérios problemas. Relembro que, pelo menos, nesta dita rua existem 26 estabelecimentos comerciais e muitos mais seriam servidos nas outras ruas circundantes, acontece que, neste momento, encontram-se alguns a encerrar dadas as dificuldades.

Informo também que, pelo menos, existem alguns estabelecimentos com mais de 30 anos nesta rua e passo a referi-los: padaria, loja de ferragens, loja de retrosaria, café Sourense, electrodomésticos, bem como os correios, banco, policlínica... A proposta de alternativa para com esta rua, em mútuo acordo dos comerciantes, vai para um sentido único. O sentido único que passa por nós será iniciado no centro da Vila, no sentido da estação dos caminhos de ferro, portanto, os semáforos mantinham-se e colocar-se-iam duas placas, uma de trânsito proibido e outra de sentido obrigatório para a Rua do Cais por forma a servir os residentes junto à ponte para entrarem na Vila. Na subida da Rua do Cais, uma placa de sentido proibido e entram dentro da Vila pela Rua do Cais, no sentido obrigatório, tanto pela Rua Alferes José Barrileiro, bem como da Rua Delfim Pinheiro que vai dar à Várzea. A Rua do Outeiro e a Rua Lino Galvão, hoje, já têm sentido único, servidas pela Rua dos Combatentes da Grande Guerra dando a possibilidade de escoamento de veículos ligeiros. Gostaria também de fazer chegar, se for possível, esta mesma alternativa através de um cróqui elaborado.”

O Senhor Presidente referiu que: “agradeço a apresentação desta sugestão/proposta. Ainda recentemente, aprovámos um novo Regulamento de Trânsito para a Granja do Ulmeiro e, há dois anos, uma pequena actualização do Regulamento de Trânsito na Vila de Soure; a curto prazo, iremos mexer, no Regulamento de Trânsito na Vila de Soure porque admitimos perfeitamente que haja situações merecedoras de ajustes, de amadurecimentos ou alterações.

Este é um processo que tem que ser sempre participado, pelas forças da ordem, pelos Bombeiros Voluntários, pelos Municípios e pelos agentes comerciais mais directamente ligados, de maneira que, faz todo o sentido que se tenham antecipado e apresentado esta proposta para a termos em linha de conta.

Gostaria de aproveitar a oportunidade para vos dizer que na última reunião, a Senhora Vereadora da CDU me levantou essa questão... aquilo que apareceu nos

*06.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 30 de Março de 2006*

últimos dias como se de uma alteração se tratasse não o era; o que acontece é que houve a ideia errada de que o traço amarelo significava apenas um reforço da placa que estava afixada quando afinal, em termos de trânsito, o que quer dizer o traço amarelo é que, pura e simplesmente, é proibido parar. A intenção daquilo que se fez nos últimos dias era apenas a de reforçar a ideia que, de certa forma, tinha sido aqui há uns anos o equilíbrio possível havendo trânsito nos dois sentidos... quando digo possível, digo entre a fluidez e permitir alguma paragem para que as pessoas possam ir, entre outras coisas, aos estabelecimentos; na altura foi entendido que se criava uma placa de estacionamento proibido mas com excepções das 19 h às 07 h e aos sábados e domingos; acontece que essa placa estava muito à frente e muitas vezes não era tida a mesma leitura até ao começo da rua onde estão os estabelecimentos de ourivesaria e sapataria e havia que ir até aí com um único cuidado que era o facto de as duas entradas estarem trancadas com carros. A ideia era garantir o equilíbrio que, para já, é o que existe e, ao mesmo tempo, evitar que um carro tivesse estacionado, no período de excepção, à frente da entrada impedindo uma carga às 3/4 da manhã.

Sei que isso provocou uma certa confusão, o Senhor Vice-Presidente chamou o Comandante da GNR e eu próprio tive uma conversa com os comerciantes, portanto, neste momento, o que quer que se tenha feito é a manutenção do equilíbrio que existe. Não se pretendeu qualquer alteração sem vos ouvir, o que houve foi a confusão generalizada por causa de uma deficiente interpretação de qual o significado da linha amarela.

Quanto à questão do traço contínuo... sempre assim estive e o contínuo foi sempre entendido como proibição de ultrapassar.

No âmbito da revisão do Regulamento de Trânsito, iremos ouvir uma série de agentes e não deixaremos, antes de trazer aqui a proposta, de ter uma conversa convosco sobre o que é que nos foi dado pensar sobre a proposta concreta que nos apresentaram.”

A Senhora Adelaide Simões referiu que: “em frente ao Senhor Manuel Simões, meu pai, não há justificação de ter traço amarelo porque qualquer pessoa sabe que o código da estrada não permite estacionar em frente a uma garagem, o que se podia colocar era um sinal de estacionamento proibido como há em tantas garagens; eu passo por muitas garagens e portões e não vejo traços amarelos em nenhum, ou então, por respeito, cada um de nós aqui presente sabe que não é permitido estacionar em frente a um portão ou uma garagem, agora, pintar-lhe um traço amarelo...”

*06.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 30 de Março de 2006*

O Senhor Presidente respondeu, dizendo: “já percebi a sua preocupação e deixe-me dizer-lhe que ninguém aqui está a agir por medo. Pessoalmente, estou de acordo com aquilo que referiu de que bastaria o sinal, acho que até bastaria uma questão elementar de bom senso, agora, a questão é esta, nem sempre é possível equilibrar... à frente do prédio novo, antigamente uma zona atapetada e agora em calçada, tem não apenas trânsito para deficientes como pedonal... ora, não deve estar um carro estacionado à frente de quem desce a rua... aí é uma sequência normal.

A questão do amarelo à frente da entrada do Senhor Manuel Simões e da “Viela”, a intenção aí teve, apenas e só, um objectivo que foi o de reforçar a falta de uma placa de estacionamento proibido, não pretendeu criar qualquer tratamento dual. Existem ali duas reentrâncias, se continuar naquela rua tem, objectivamente, a entrada onde está o Senhor Manuel Simões e a outra entrada onde está a “Viela”, e o que se pretendeu foi reforçar que nada possa impedir que um deles possa, durante o período de excepção em que é livre o estacionamento, correr o risco de, porventura, ir fazer uma carga ou descarga e ser surpreendido com um carro a tapar a entrada; aliás, quem me alertou para essa situação foi o Senhor Manuel Simões, informando que tal já lhe teria acontecido. Dir-me-á que a solução não é a mais adequada, mas foi apenas e só isto que se pretendeu acautelar.”

A Senhora Adelaide Simões referiu que: “mas o que é que acontece? Onde estão esses riscos, se eu lá parar o meu carro, as autoridades actuam...”

O Senhor Presidente continuou dizendo: “na sequência do que se passou, espero que já todos tenham percebido que não eram alterações, era reforçar aquilo que existe neste momento, estando mal ou bem; houve uma certa confusão por causa do significado do traço amarelo e para evitar maior confusão, o Senhor Vice-Presidente falou com o Comandante da GNR e disse-lhe, claramente, qual era a intenção da solução que estava preconizada, ou seja, apenas que ficasse claro que havia um estacionamento proibido com excepções e que havia que salvaguardar, no período de excepções, particularmente de noite, aquelas duas entradas, que são as únicas, e que esse amarelo era apenas e só para essas excepções. Se chegarmos à conclusão que a solução adoptada não é a correcta, é isso que iremos alterar no âmbito do Regulamento... agora, não me parece justo que se pense que houve qualquer receio de A ou B, houve tratamento igualitário de situações iguais.



*06.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 30 de Março de 2006*

Quanto à questão dos dois acessos, foi apenas um tratamento semelhante para evitar que houvesse qualquer situação impeditiva no chamado período excepcional.”

A Senhora Adelaide Simões referiu que: “mas aí têm que ser as pessoas a ver que não podem estacionar, ainda há pouco, um comerciante foi a um estabelecimento e estava preocupado com o facto de estar parado do outro lado da rua e com aquela aflição não foi atendido devidamente. Inclusivamente, eu própria, se precisar, ponho o meu carro em frente ao risco amarelo, não em frente ao portão do Senhor Manuel Simões, nunca o faria, e se as autoridades me autuarem, eu não pago...”

O Senhor Presidente referiu que: “penso que compreendi qual é a preocupação da proposta que me trouxeram e quero apenas transmitir que a intenção da localização que lá consta está transmitida às autoridades e trata-se da manutenção do equilíbrio que já existia. O que lançou esta pequena confusão foi uma aplicação deficiente de instrumentos que não visavam nada mais do que apenas manter a leitura do que estava e salvaguardar as duas situações que referi, que me parecem merecedoras do mesmo tratamento. A Câmara Municipal vai promover, de forma participada, a revisão/actualização do Regulamento da Vila e não deixaremos de ter em linha de conta a vossa proposta. Não sei se a proposta final a vai acolher na íntegra ou parcialmente mas o que sei é que sobre isso teremos oportunidade de conversar e de percebermos o que é ou não possível acordar. Há aqui um conjunto de perspectivas nem sempre coincidentes, como por exemplo a proposta do sentido único, mas vamos ver se é compaginável.”

O Senhor Cesário referiu que: “reforçar o que foi dito e, no meu caso, a toda a hora estou a transgredir, ou com o traço contínuo, ou com os meus carros em cima do passeio para poder dar passagem aos outros; estou a prejudicar os peões e se ponho na estrada, para carga e descarga, tenho a GNR a “moer-me a cabeça” com o seu sentido de dever... Sinto-me prejudicado!”